



**SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO E AS-
SISTÊNCIA SOCIAL – SEDHAS**

Relatório de Gestão 2020

Sobral – CE, 21 janeiro de 2021

SUMÁRIO

1. Apresentação	1
2. A SEDHAS	1
2.1. Contextualização.....	1
2.2. Competência institucional	2
2.3. Estrutura organizacional.....	7
2.4. Organograma	9
2.5. Principais clientes e usuários	10
2.6. Principais instalações e localidades	11
3. Recursos humanos	11
4. Estratégias de Ação	12
4.1. Contexto	12
4.2. Objetivos e metas para 2020	14
4.3. Iniciativas planejadas e realizadas em 2020 pela secretaria	31
4.4. Ações realizadas em 2020 para o enfrentamento ao COVID-19	Erro! Indicador não definido.
4.5. Planejamento de atividades para o ano de 2020	Erro! Indicador não definido.
5. Resultados da atuação	75
5.1. Síntese da execução orçamentária e financeira.....	75
5.1.1. Orçamento autorizado, por fonte.....	75
5.1.2. Despesas empenhadas, por natureza de despesa.....	77
5.2. Demonstrativos do fluxo financeiro de projetos e programas financiados com recursos externos	82
5.3. Convênios, ajustes, acordos, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres	83
5.3.1. Quantitativos	83
5.3.2. Demonstrativos das transferências de recursos.....	86
5.4. Licitações	86
5.5. Demonstrativo das despesas	87
5.5.1. Despesas de custeio.....	88
5.6. Demonstrativo do patrimônio	89
5.6.1. Bens imóveis	90
5.6.2. Bens móveis (equipamentos e material permanente)	90
5.6.3. Frota	91

6. Considerações da SEDHAS-92**ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1: Principais instalações e localidades	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2: Quantidade de pessoas, por tipo de natureza do cargo.	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3: Orçamento autorizado, por fonte de recurso.	75
Tabela 4: Despesas empenhadas, por natureza de despesa.	77
Tabela 5: Valores de recursos externos recebidos, por Programa e Projeto.....	82
Tabela 6: Quantidades e valores dos convênios, ajustes, acordos, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres.	85
Tabela 7: Valores de recursos transferidos em convênios municipais.	86
Tabela 8: Valores de recursos recebidos, por convênio.....	86
Tabela 9: Quantidades e valores de licitações, por modalidade.	87
Tabela 10: Demonstrativo de despesas, por categoria.....	87
Tabela 11: Despesas de custeio, por categoria.	88
Tabela 12: Quantidade de bens imóveis, por situação.	90
Tabela 13: Bens móveis (equipamentos e material permanente) adquiridos pela Secretaria em 2020....	90
Tabela 14: Quantitativo de frota veicular em dezembro de 2020.....	91

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Organograma da SEDHAS.....	Erro! Indicador não definido.
--------------------------------------	--------------------------------------

1. APRESENTAÇÃO

O **Relatório de Gestão** apresenta informações sobre as ações e resultados da **Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social – SEDHAS** do Município de Sobral, tanto na perspectiva do que está posto em sua programação e execução orçamentária, quanto do seu planejamento estratégico, durante o ano de 2020.

O propósito principal do Relatório de Gestão está na projeção do resultado alcançado pela **SEDHAS**, apresentando a definição de diretrizes e normas relativas ao modelo institucional.

É importante destacar que este documento tem como base tornar transparente as ações realizadas em cada Secretaria pertencente à Prefeitura Municipal de Sobral e a estrutura do relatório expressa informações que apoiarão a gestão, bem como servirão como uma orientação para eventuais redirecionamentos que futuramente se tornem necessários.

Este relatório está estruturado da seguinte forma:

- A sessão “2. A **SEDHAS**”, apresenta a estrutura e a contextualização da criação do órgão, suas competências institucionais, estrutura organizacional e organograma;
- Na sessão “3. Recursos humanos” são discriminados os quantitativos dos quadros de pessoal existentes no órgão;
- A sessão “4. Estratégias de Ação” aborda os aspectos estratégicos adotados pela Secretaria, bem como seu planejamento e ações adotadas pela unidade com o intuito de sanar e solucionar eventuais dificuldades, demonstrando os resultados de sua atuação.

1.1.1. A sessão “4.5.5. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural – UGPRFUR

- Cadastramento de aproximadamente 2.250 imóveis do bairro Vila União
- Realização e entrega dos de títulos de propriedade de 200 famílias da localidade Alto Grande - Sede de Sobral.
- Ingresso de ações de usucapião de aproximadamente 300 famílias do bairro Dom José- Projeto Parque Mucambinho - 1ª etapa.
- Ingresso de ações de usucapião de 70 famílias do Distrito de Aprazível
- Realização da entrega de títulos de propriedade para 23 famílias dos Bairros Padre Palhano, Santa Casa, Alto Novo, Centro (Usucapião);
- Ingresso de ações de usucapião de aproximadamente 400 famílias do bairro Complexo Monseñor Aloísio Pinto “Parque Santo Antônio”;
- Realização e entrega dos de títulos de propriedade de 170 famílias do Distrito de Bonfim;
- Realização e entrega de títulos de propriedade para 269 famílias do Conjunto Cesário Barreto - “Paraíso das Flores” - Bairro Alto da Brasília.
- Resultados da atuação”, apresenta a síntese da execução orçamentária e financeira, incluindo os demonstrativos do fluxo financeiro, os dados quantitativos e de transferências de convênios (federais, estaduais e municipais), possibilitando assim encontrar um parâmetro de valores para os

exercícios futuros. Apresenta ainda um resumo sobre as licitações, sobre o controle do patrimônio e sobre a frota sob responsabilidade do órgão; e,

- A última sessão “**Erro! Fonte de referência não encontrada.. Erro! Fonte de referência não encontrada.**”, apresenta a conclusão e propostas a serem implementadas na Secretaria, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do interesse público.

2. A SEDHAS

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A **SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL** – foi criada em 02 de fevereiro de 2017, por meio da Lei n.º 1607 que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do poder executivo municipal, tendo como finalidade estabelecer e promover as políticas públicas municipais de direitos humanos e de proteção e desenvolvimento da cidadania, combatendo a discriminação social de toda natureza, notadamente das minorias, formulando e coordenando a política Habitacional e de Assistência Social do Município de Sobral.

Vinculados a **SEDHAS** temos, também a Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP de Prevenção da Violência que foi criada a partir do Decreto Nº 1950 de 19 de outubro de 2017 e tem por objetivo garantir uma estrutura para desenvolver ações intersetoriais na perspectiva de prevenir violência, em particular a manifestada na juventude, e promover cidadania e cultura de paz. Bem como, a Unidade de Gerenciamento de Projeto – UGP de Regularização Fundiária Urbana e Rural – UG-PRFUR, foi criada através do Decreto Nº 1.951 de outubro de 2017, com o objetivo de regularizar os assentamentos informais do município de Sobral.

2.2. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

De acordo com a Lei Nº 1607/2017 que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, compete à Secretaria dos Direitos Humanos Habitação e Assistência Social:

2.2.1. Política de Direitos Humanos

1. Promover e coordenar a Política Municipal de Direitos Humanos, mediante a formulação de diretrizes gerais e a identificação de prioridades, para assegurar os direitos, garantias e liberdades das pessoas;
2. Capacitar e qualificar os executores de políticas sociais na oferta de serviços integrados que tem como foco os segmentos específicos comuns à proteção de direitos;
3. Promover a defesa dos direitos dos segmentos sociais específicos, por meio do acesso à justiça e órgãos de segurança pública;

4. Articular e encaminhar demandas de atendimento setorial que atuam em políticas afins aos segmentos específicos de proteção de direitos, em especial a assistência social básica e especial, a política habitacional, a educação, a saúde, a segurança pública e a defesa do consumidor;
5. Complementar e potencializar ações de políticas públicas integradas que tenham como orientação os segmentos específicos de proteção de direitos, desenvolvendo ações afirmativas com base na prática de programas voltados aos grupos desfavorecidos por sua condição de classe, gênero, raça, etnia, origem, orientação sexual, promovendo-lhes meios de garantia de seus direitos;
6. Executar o acolhimento institucional referente aos segmentos específicos de proteção de direitos, em especial os casos demandados pela justiça, conselho tutelar e órgãos de segurança pública;
7. Implementar e orientar a aplicação de metodologias de acolhimento para segmentos específicos de proteção de direitos;
8. Planejar e executar ações e projetos de Educação para os Direitos Humanos;
9. Propor, coordenar e executar estudos e pesquisas acerca de direitos humanos, objetivando subsidiar, através da população sistemática de conhecimento, a formulação e execução da Política Municipal de Direitos Humanos.

2.2.2. Política de Habitação

1. Definir, com a colaboração das demais Secretarias Municipais relacionadas aos temas de Habitação a Política e o Plano Habitacional para o Município de Sobral, observando as disposições do Plano Diretor do Município;
2. Realizar, estudos e pesquisas sobre a demanda de habitação no Município;
3. Elaborar programas habitacionais e de regularização fundiária que promovam a ocupação do território de forma equilibrada e sustentável;
4. Planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações de implantação de habitações de interesse social;
5. Planejar, coordenar e acompanhar as ações de regularização fundiária;
6. Mobilizar e articular as iniciativas de organizações governamentais e não-governamentais voltadas para habitações de interesse social;
7. Promover políticas públicas de inclusão e inserção social das minorias;
8. Promover a captação de recursos de instituições nacionais e estrangeiras, destinados às ações voltadas para habitação;
9. Elaborar e manter o cadastro dos beneficiários dos programas habitacionais de interesse social implantados no Município;
10. Integrar os projetos habitacionais com os investimentos em saneamento básico e demais serviços urbanos;
11. Fomentar e intermediar a concessão de financiamentos para aquisição, construção, ampliação e reforma de moradias;
12. Articular-se com os Municípios que integram a região metropolitana de Sobral, de modo a compatibilizar as ações e políticas de desenvolvimento habitacional e de regularização fundiária, com as ações de desenvolvimento do Entorno, no âmbito de sua competência.

2.2.3. Política de Assistência Social

1. Planejar e executar a política pública de assistência social em articulação com os Governos Federal e Estadual e demais secretarias municipais, para proporcionar o desenvolvimento social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social;
2. Promover a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
3. Fortalecer a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
4. Assegurar a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das proviões socioassistenciais;
5. Acompanhar a execução das diretrizes para o desenvolvimento social do Município, criando instrumentos de avaliação do impacto das ações desenvolvidas;
6. Implementar estratégias que promovam a efetivação da intersetorialidade na formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento social;
7. Fomentar a participação social, inclusive do controle social, na formulação e execução da política pública de assistência social;
8. Acompanhar, desenvolver e monitorar ações em consonância com a política de segurança alimentar e nutricional.
9. Acompanhar e executar as ações dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social e instâncias de pactuação das Comissões intergestoras bipartite e tripartite.
10. Executar os programas e projetos a nível municipal, orientados pela Secretaria Especial de desenvolvimento Social, tais como, ACESSUAS trabalho, Programa Criança Feliz, entre outros.

2.2.4. UGP de Prevenção da Violência

1. Coletar dados e informações dos sistemas de informação das políticas e secretarias do Município;
2. Produzir dados e informações que contribuam na compreensão do fenômeno da violência no Município;
3. Produzir dados e informações que contribuam na identificação de fatores que promovam bem-estar e felicidade;
4. Sistematizar e analisar dados e informações que contribuam para elaboração e atualização permanente do diagnóstico das violências e vulnerabilidades no Município;
5. Disponibilizar as informações produzidas e sistematizadas a fim de contribuir para elaboração e execução de projetos e políticas;
6. Articular os grupos de estudos e pesquisas relacionados à violência, cidadania e cultura de paz dos diversos cursos das instituições de ensino superior do Município;
7. Garantir que o conhecimento produzido nas instituições de ensino superior subsidie o processo de tomada de decisão dos gestores e de criação de políticas públicas;
8. Ser um laboratório de referência onde os gestores possam compartilhar e demandar suas necessidades de conhecimento;
9. Promover formação sobre violência e temas relacionados para todos os atores envolvidos no Pacto por um Ceará Pacífico;

10. Desenvolver uma estratégia de formação abrangente que contemple as necessidades de aprendizagem dos diferentes atores;
11. Facilitar a produção de conhecimentos no cotidiano das instituições, a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos, tendo os problemas enfrentados no dia a dia do trabalho e as experiências desses atores como base de interrogação e mudança;
12. Garantir um processo de “ensino problematizador” e “aprendizagem significativa”;
13. Garantir a vinculação entre formação, gestão setorial, atenção e participação social;
14. Fortalecer a rede de proteção como espaço de educação profissional;
15. Produzir materiais gráficos (cartilhas, manuais etc.) e audiovisuais que facilitem o processo de aprendizagem;
16. Gerar condições para que os serviços públicos sejam lugares de atuação crítica, reflexiva; resolutiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente;
17. Realizar sistematicamente análises dos óbitos em uma perspectiva abrangente e intersetorial com caráter ético, técnico, educativo e não punitivo; XVIII. Traçar perfis, identificar trajetórias e propor critérios de evitabilidade;
18. Acompanhar cada caso de homicídio do município na perspectiva de dar celeridade às investigações e processos;
19. Definir um protocolo para garantir aos autores e familiares dos autores e vítimas informações relacionadas às investigações ou processos;
20. Conhecer as informações sistematizadas sobre homicídios na adolescência, produzidas pela Célula de Estudos das Mortes Violentas;
21. Propor à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social o estabelecimento de protocolo e sistema unificado de registro das ocorrências do crime, que integre Segurança Pública e Sistema de Justiça, garantindo precisão das informações das vítimas e de seus familiares (nome da vítima, nome da mãe, nome do pai, data de nascimento, endereço completo, cor etc);
22. Propor à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social a priorização à investigação de maneira qualificada dos homicídios contra crianças e adolescentes;
23. Propor ao Governo do Estado o fortalecimento da capacidade técnico-científica da Perícia Forense do Estado na elucidação dos homicídios;
24. Propor ao Tribunal de Justiça a garantia normas e procedimentos que assegurem o acompanhamento prioritário dos processos jurídicos dos homicídios, cujas vítimas são crianças ou adolescentes;
25. Instaurar um Comitê Territorial em cada bairro do município;
26. Articular e integrar os serviços públicos do território;
27. Mobilizar os gestores dos serviços para garantir a participação nos encontros dos Comitês Territoriais;
28. Articular os integrantes dos Comitês Territoriais para participar das reuniões da Célula de Estudos das Mortes Violentas quando forem convocados;
29. Acompanhar os encaminhamentos realizados nos encontros dos Comitês Territoriais.
30. Implantar e fomentar os Círculos de Diálogos Comunitários;
31. Garantir a participação popular;
32. Responsabilizar-se por informar e divulgar as ações de Prevenção à Violência;
33. Acompanhar, monitorar e responder as mídias impressas, escritas, faladas e redes sociais;
34. Mobilizar a sociedade para comprometer-se com a prevenção da violência;
35. Educar para convivência cidadã;
36. Propor ações para redução da publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas que violem direitos humanos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de merchandising;

37. Propor ações junto à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e à Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania para evitar a exposição indevida da imagem de suspeitos ou acusados que estejam sobre a proteção do Estado, em especial impedindo que comunicadores abordem as pessoas sob custódia, a título de entrevistá-las, salvo se estas consentirem e estiverem acompanhadas de advogado ou defensor público;
38. Propor para as empresas de comunicação/Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão para adequar a exibição de programas policiais ao horário protegido, conforme o artigo 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo novas formas de abordagem do tema da violência e assegurando os direitos constitucionais dos envolvidos;
39. Propor ao Ministério Público o desenvolvimento de um programa de monitoramento das violações de direitos humanos da mídia cearense, instaurar inquéritos civis públicos para analisar casos de desrespeito à legislação em vigor; adotar providências legais pertinentes à responsabilização das emissoras e à reparação de danos morais coletivos, eventualmente ocorridos;
40. Implantar e fomentar Agências de Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã nos territórios garantindo o protagonismo juvenil.

2.2.5 UGP de Regularização Fundiária Urbana e Rural

1. Propor diretrizes, acompanhar e avaliar a implementação das ações dos projetos de Regularização Fundiária urbana e rural no município de Sobral;
2. Apoiar na realização de todos os processos licitatórios dos projetos;
 3. Desenvolver e operar rotinas de informações e comunicação dos projetos, de modo a estabelecer a interlocução necessária com a sociedade e com os demais órgãos governamentais;
 4. Executar, com suporte e assessoria que se fizerem necessários, as atividades de monitoramento do projeto, certificando-se que os instrumentos técnicos e de controle de qualidade estão adequadamente definidos e implementados;
 5. Desenvolver os indicadores de acompanhamento e de resultado do Projeto; Coletar e analisar dados;
 6. Produzir e disseminar relatórios de monitoramento, com vistas a melhorar, planejar e cumprir as demandas por gerenciamento em todas as fases;
 7. Acompanhar a execução dos estudos, projetos e obras necessários a implantação dos projetos de regularização fundiária urbana e rural;
 8. Gerenciar os recursos financeiros, a execução física das ações e mobilizar os recursos institucionais para a implementação do projeto;
 9. Manter interlocução constante com as instituições financiadoras do projeto;
 10. Realizar todas as articulações governamentais e não governamentais necessárias à promoção da integração das políticas públicas e à otimização dos resultados esperados no que diz respeito à implementação dos projetos;
 11. Realizar outras ações relacionadas ao gerenciamento dos projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural do município de Sobral.

Em conformidade com Decreto Municipal Nº 1984 de 19 de janeiro de 2018, a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social vinculam-se os seguintes Fundos:

1. Fundo Municipal do Bem-Estar - FMBE
2. Fundo de Apoio aos Portadores de Deficiências -FAPD

3. Fundo Municipal de Assistência Social. FMAS
4. Fundo Municipal de Seguridade Social –FMSS.
5. Fundo Municipal de Apoio a Habitação Popular – FUMHAB.
1. 6.Fundo Municipal das Defesas e dos Direitos Difusos – FMDD.
6. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS.
7. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA

Cabendo a SEDHAS apoio administrativo aos Conselhos de Direito a ela vinculados, a saber:

1. Conselho de Apoio aos Portadores de Deficiências;
2. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
3. Conselho Municipal dos Direitos e Proteção do Idoso;
4. Conselho Municipal de Assistência Social;
5. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
6. Conselho Municipal de Habitação;
7. Conselho Gestor do FHIS;
8. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em conformidade o art. 01 da Lei nº 1607, de 02 de fevereiro de 2017, e o Decreto que a regulamenta número 1984, de 19 de janeiro de 2018 a estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social:

1. Gabinete
 - 1.1. Secretário;
 - 1.1.2. Assessoria Técnica I
 - 1.1.3. Assessoria Técnica II
2. Coordenadoria Jurídica
 - 2.1. Célula de Suporte e Acompanhamento Técnico Administrativo;
3. Coordenadoria Administrativo Financeiro
 - 3.1. Assessoria Técnica
 - 3.2. Célula de Orçamento e Finanças
 - 3.2.1. Núcleo de Empenho;
 - 3.3. Célula de Patrimônio
 - 3.3.1. Núcleo de Controle;
 - 3.4. Célula de Licitações e Contratos
 - 3.4.1. Núcleo de Acompanhamento de Compras
 - 3.4.2. Núcleo de Acompanhamento de Contratos e Convênios;
4. Coordenadoria da Assistência Social
 - 4.1. Célula de Sistemas Operacionais.
 - 4.1.2. Núcleo de Suporte Técnico;
 - 4.2. Célula de Proteção Básica;
 - 4.3. Célula da Proteção Especial;

- 4.4. Célula Gestão SUAS
 - 4.4.1. Núcleo de Vigilância Socioassistencial
 - 4.4.2. Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional
- 4.5. Célula de Benefícios Sociais;
- 4.6. Célula de Articulação de Programas e Projetos;
- 5. Coordenadoria de Habitação
 - 5.1. Célula de Programas Habitacionais
 - 5.1.1. Núcleo Administrativo e de Logística
 - 5.1.2. Núcleo de Articulação
 - 5.2. Célula de Melhorias Habitacionais
 - 5.2.1. Núcleo de Monitoramento
 - 5.3. Célula de Convivência Comunitária
 - 5.3.1. Núcleo de Vigilância Habitacional;
- 6. Coordenadoria dos Direitos Humanos
 - 6.1. Célula de Articulação
 - 6.1.1. Núcleo da Diversidade Sexual
 - 6.1.2. Núcleo da Pessoa com Deficiência/Idosos
 - 6.1.3. Núcleo da Igualdade Racial
 - 6.1.4. Núcleo de Crianças e Adolescente;

Em conformidade com o Decreto que a regulamenta número 1950, de 19 de outubro de 2017 a criação da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Prevenção de Violência na estrutura organizacional da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social:

- 7. Unidade de Gerenciamento de Projeto de Prevenção de Violência
 - 7.1. Coordenadoria de Informação e Formação para Prevenção da Violência
 - 7.1.1. Célula de Gestão da Sala Intersetorial de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultural de Paz
 - 7.1.2. Célula de Educação Permanente
 - 7.2. Coordenadoria de Monitoramento das Mortes Violentas
 - 7.2.1. Célula de Estudos das Mortes Violentas
 - 7.2.2. Célula de Acompanhamento das Investigações e Processos de Homicídios
 - 7.3. Coordenadoria de Gestão de Ações Territoriais
 - 7.3.1. Célula de Gestão de Comitês Territoriais
 - 7.3.2. Célula de Gestão dos Círculos de Diálogos Comunitários e do Programa Articulador de Juventude
 - 7.3.2.1. Articulador de Juventude
 - 7.3.2.2. Facilitador Comunitário
 - 7.3.3. Célula de Comunicação, Colaborativa, Criativa e Cidadã;

Em conformidade com o Decreto que a regulamenta número 1951, de 19 de outubro de 2017 a criação da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Regularização Fundiária Urbana e Rural na estrutura organizacional da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social:

- 8. Unidade de Gerenciamento de Projeto de Regularização Fundiária Urbana e Rural

- 8.1. Coordenadoria de Regularização Fundiária Urbana e Rural
 - 8.1.1. Célula de Acompanhamento e Monitoramento Social
 - 8.1.2. Célula de Acompanhamento e Monitoramento Urbanístico
 - 8.1.3. Célula de Acompanhamento e Monitoramento Jurídico.

2.4. ORGANOGRAMA

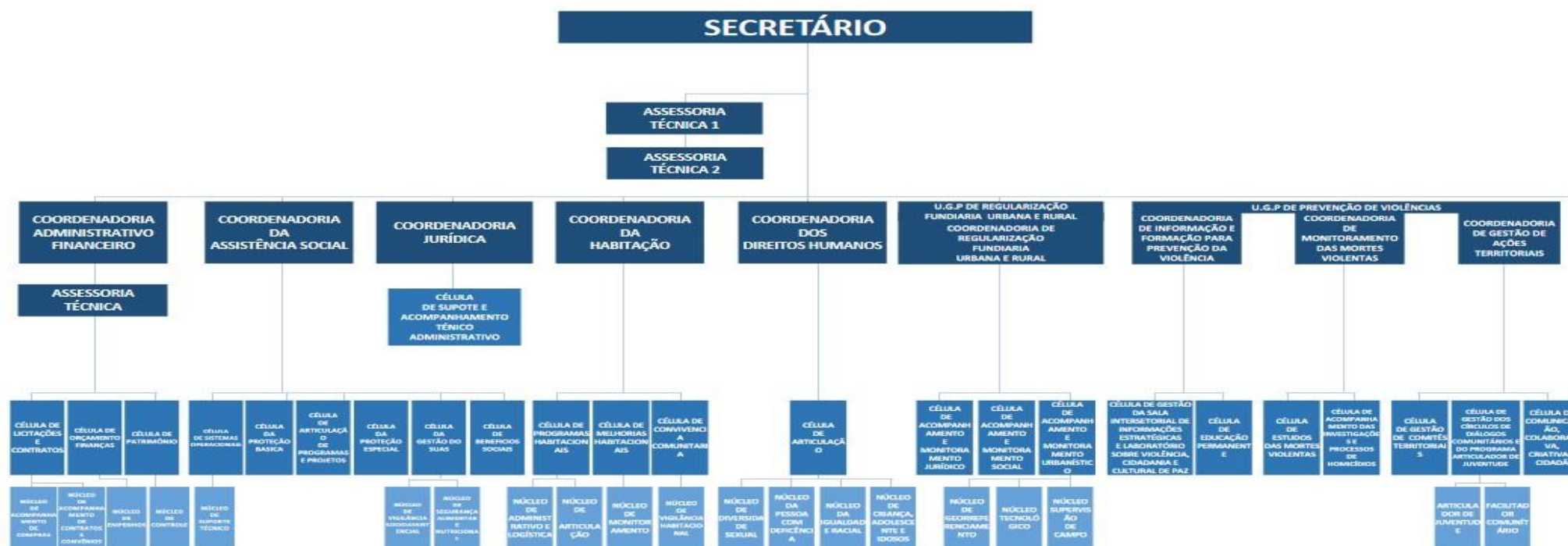


Figura 1: Organograma da SEDHAS,

2.5. PRINCIPAIS CLIENTES E USUÁRIOS

Abaixo descrito estão os cliente e usuários da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, em conformidade com as políticas públicas por ela executadas, a saber:

2.5.1. Política de Direitos Humanos

Os direitos humanos são os direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou qualquer outro motivo. Em Sobral, a Coordenação dos Direitos Humanos - CDH, em sua estrutura, elege quatro públicos prioritários a saber: Pessoa com deficiência; Criança, Juventude e Idoso; público LGBTQI+, Povos tradicionais e a população negra.

2.5.2. Política de Habitação

Os usuários da política de habitação dividem-se em dois grupos seguindo a ordem de prioridades:

Grupo I – Famílias em situação de miséria absoluta, incapaz de arcar com quaisquer ônus decorrente de financiamentos onerosos - compondo beneficiários de programas de transferência de renda – residentes em áreas degradadas e risco, resultantes de processos de ocupação espontâneos, vulneráveis porque estão sujeitos à desocupação, ou moradoras em imóveis cedidos, baixo padrão construtivo, tratando-se, portanto, de famílias que deverão ser incluídas em programas integralmente subsidiados.

Grupo II – Famílias que mantêm um dispêndio regular com o item moradia, ainda que insuficiente para lhes assegurar acesso a uma solução adequada e que, em face da baixíssima capacidade aquisitiva que as caracteriza, somente conseguirão obter uma moradia digna produzida de forma convencional se o atendimento da política pública puder lhes proporcionar subsídio financeiro, permitindo que apenas uma parcela do custo de aquisição venha a onerar os seus limitados orçamentos de subsistência, ou, ainda, que estes segmentos possam contar com soluções alternativas de produção da moradia (como a autoconstrução, autoempreendimento e autogestão) que lhes permitam adicionar em trabalho e gestão os montantes que não conseguem aportar monetariamente.

2.5.3. Política de Assistência Social

Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outras situações, incluindo aqueles com direitos violados e/ou ameaçados.

2.5.4. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção a Violência

Os principais usuários dos projetos e serviços ofertados pela UGP- Prevenção de Violências correspondem à adolescentes e jovens entre 10 e 29 anos e suas respectivas famílias.

2.5.5. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural

Famílias beneficiárias dos conjuntos habitacionais do municípios na sede e distritos e famílias com perfil social que possuem imóveis em terras irregulares.

2.6. PRINCIPAIS INSTALAÇÕES E LOCALIDADES

Unidade	Endereço
Secretaria Dos Direitos Humanos Habitação E Assistência Social	Avenida Dr. Guarany, 364, Derby Clube
Abrigo Institucional (Adulto)	Avenida Dom Jose, 2147, Centro
Abrigo Institucional (Criança E Adolescentes)	Rua Alameda Amazonas, 300, Colina da Boa Vista
Almoxarifado	Rua Hugo Alfredo, 898, Padre Ibiapina
Casa Do Cidadão / Cadastro Único	Rua Coronel Jose Saboia, 531, Centro
Centro Pop	Avenida Dom Jose, 2147, Centro
Conselho Tutelar	Avenida Dom José, 2440, Santa Casa
UGP Regularização Fundiária	Avenida Doutor Guarani - Aeroporto
CRAS - Aracatiaçu	Rua Coronel Miguel Arruda, 422, Distrito Aracatiaçu
CRAS - Dom José	Rua Francisco Costa, 380, Dom José
CRAS - Irma Oswalda	Rua Olavo Bilac, S/N, Alto Da Brasília
CRAS - Jaibaras	Rua Do Comercio, 590, Alto Alegre
CRAS - Mimi Marinho	Rua Hélio Arruda Coelho, 120, Dom Expedito
CRAS - Mimi Marinho (Anexo)	Rua Monsenhor Aloisio, 484, Cidade Gerardo Cristino De Meneses
CRAS - Regina Justa	Rua Jerusalém, S/N, Vila União
CREAS - Manoel Vieira Linhares	Rua S.D.O, 100, Santa Casa
Coordenadoria De Direitos Humanos	Avenida Monsenhor Aloísio Pinto, nº 1200 - Bairro: Dom Expedito - Sobral/CE.

Tabela 1: Principais instalações e localidades

3. RECURSOS HUMANOS

A SEDHAS finalizou o ano de 2019 com o seguinte quadro de pessoal:

3.1.

Natureza	Nº de vagas ocupadas
Efetivo (exceto os cedidos)	30
Cedido sem ônus para a origem	-
Cedido com ônus para a origem	-
Cedido com ônus e ressarcimento para a origem	-
ACS cedidos para este município	-
Efetivo/comissionado	01

Natureza	Nº de vagas ocupadas
Comissionado	76
Temporário	148
Agente político	-
Pensionista	-
Inativo	-
Bolsista	-
Estagiário	2
Terceirizados	107
Servidores não ativos, mas ocupantes de cargos:	
Licença gestante	3
Afastamento doença acima de 15 dias	1
Afastamento sem remuneração	-
30 faltas	-
Licença gestante estendida	1
Licença para estudos	-
Total Geral	369

Tabela 2: Quantidade de pessoas, por tipo de natureza do cargo.

FONTE: Folha de pagamento RH, Dados gerados em: 14 de Dezembro de 2020

4. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

4.1. CONTEXTO

4.1.1. Coordenadoria de Assistência Social

A Coordenadoria de Assistência subdivide-se em seis células: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Sistemas Operacionais, Articulação de Programas e Projetos, Gestão do SUAS e Benefícios Sociais.

A Coordenadoria da Assistência Social é responsável pela gestão dos equipamentos de execução das políticas socioassistenciais no território: os Centros de Referência da Assistência

(CRAS, 06 no município de Sobral), que compõem a Proteção Social Básica; os Especializados (01 CREAS e 01 Centro Pop) e os Acolhimentos Infantil e Para Pessoas em Situação de Rua, que compõem a Proteção Social Especial.

Para materializar as ações da política de assistência social, foi estruturado a Rede de Proteção Social por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social e Especial.

No nível de **Proteção Social Básica**, temos: os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS que constitui a unidade de referência com base territorial que oferta os serviços socioassistenciais de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e de Proteção Social em Domicílio para Pessoas com Deficiência, que atuam no atendimento à população vulnerável através do

desenvolvimento das potencialidades e aquisições, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. São serviços continuados de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Ainda dentro dos serviços oferecidos na Proteção Social Básica, temos o Programa Criança Feliz que atende um total de 750 famílias, com gestantes, crianças de 00 a 03 anos e 03 a 06 anos com BPC, Programa Crescer Bem - Cartão Sobral que atende 256 famílias em situação de extrema pobreza, sem o auxílio do Bolsa Família e que tenham em sua composição familiar gestantes e/ou crianças até 06 anos. O programa ACESSUAS Trabalho que atendeu 1022 pessoas na orientação ao trabalho.

No âmbito da **Proteção Social Especial**, temos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como unidade de referência da média complexidade que ofertam os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e do Serviço Especializado em Abordagem Social e do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Contamos ainda com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP, oferecendo os seguintes serviços especializados para pessoas em situação de rua e em Abordagem Social.

No nível de **Proteção Social de Alta Complexidade**, temos a oferta de serviços especializados a famílias e indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitadas de acolhimento provisório ou que estão fora de seu núcleo familiar de origem, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem, através dos serviços de: Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e para Pessoa Adulta (Homens de 18 a 59 anos) e de Acolhimento em Instituições de Longa Permanência para Idosos.

4.1.2. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violência. UGP-PV

A Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências, criada através do decreto nº 1.950, de 12 de Outubro de 2017, tem como finalidade gerenciar a execução das políticas públicas relacionadas à prevenção de violência e promoção de cultura de paz e cidadania. No decorrer de 2019 desenvolveu diferentes projetos e ações na perspectiva de facilitar o engajamento para um objetivo comum, de forma transversal, dos diferentes níveis de gestão e sujeitos do território na complexidade do fenômeno da violência na juventude através do Observatório da Violência e da Gestão de Ações Territoriais. O Observatório da Violência realizou análises e formações fundamentadas na coleta, sistematização, produção e compartilhamento de dados, informações e referenciais para prevenção de violência, enquanto a Gestão de Ações Territoriais fomentou a inserção, o vínculo e corresponsabilização com profissionais e juventudes do território para a problemática da violência.

4.1.3. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural.

A Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural – UGPRFUR, foi criada através do Decreto Nº 1.951 de outubro de 2017, com o objetivo de regularizar os assentamentos informais do município de Sobral. Com esta iniciativa, o município de Sobral, realizará a consolidação dos Programas Habitacionais desenvolvidos e entregues às comunidades ao longo dos anos, potencializando a garantia do direito à moradia digna, possibilitando às famílias beneficiárias a inserção à cidade de maneira formal, o que

determina um avanço para a cidadania e bem estar. Com este mesmo intuito, também serão formalizados os assentamentos irregulares que surgiram a partir de ocupações desordenadas.

4.1.4. Coordenadoria dos Direitos Humanos

A Coordenadoria dos Direitos Humanos (CDH) faz parte administrativa da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SEDHAS) criada em 2017, destacando-se como pioneira na implementação de políticas públicas de defesa, promoção e garantia dos Direitos Fundamentais no município de Sobral.

A CDH se pauta pelos princípios da indivisibilidade, interdependência, universalidade dos direitos humanos, bem como no princípio da Dignidade da Pessoa Humana que norteia todo o texto constitucional e se materializa, em especial, nos artigos que positivam os direitos fundamentais individuais, coletivos e sociais.

Apresenta também, dentre os princípios de sua atuação, a intersetorialidade e transversalidade dos Direitos Humanos nas demais políticas públicas desenvolvidas pelo município, a garantia da participação popular na definição das suas diretrizes de trabalho e, por fim, envida esforços para a descentralização dos serviços prestados à população de Sobral.

Os Direitos Humanos, no Brasil, são respaldados e fundamentados a partir de uma legislação ampla e que versa sobre diversos segmentos da sociedade. Para isso, a CDH da Prefeitura de Sobral se organiza e se articula a partir de leis que garantem os direitos humanos e organizam, também, uma série de diretrizes que balizam a educação em direitos humanos.

4.2. OBJETIVOS E METAS PARA 2020

Dentre as atividades almejadas através do planejamento estratégico cabe destacar a consolidação do controle interno preventivo baseado na gestão por processos, a universalização do atendimento em ouvidoria e acesso à informação, o fortalecimento da ética e da transparência e a estruturação e disponibilização de informações estratégicas para a tomada de decisão.

Dentre os projetos planejados pela secretaria, a serem executados no período de 2020 a 2021 tem-se o seguinte:

4.2.1. Coordenadoria dos Direitos Humanos

Objetivos	Metas
Fortalecer a Política de Direitos Humanos	- Semanas e Campanhas Educativas, Preventivas e Informativas; - Ações Socioeducativas/desporto; - Profissionalização e Capacitação; - Ampliação da participação democrática e do controle social; - Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis (Ações afirmativas); - Ações alusivas à Memória, Verdade e Cidadania; - Realização de estudos, pesquisas e publicações em Direitos Humanos; - Ações de cultura de paz; - Criação de uma política de defesa dos direitos humanos no município de Sobral; - Apoio a ações voltadas para promoção e defesa dos direitos humanos; - Garantia da proteção à pessoa ameaçada e enfretamento ao trabalho escravo.

4.2.2. Coordenadoria de Habitação

Objetivos	Metas
Fortalecer a Política de Habitação	- Atuação na redução da violência através da moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais; - Execução dos contratos de repasse vinculados a habitação; - Execução do Programa de Construção e Reformas Habitacionais; - Execução do Programa de Locação Social - Construção do Jatobá Residence (58 unidades habitacionais) - Acompanhamento e fiscalização do Termo de Fomento com a CEPROHPI - Reassentamento das famílias oriundas da travessa Benjamim (Pedrinhas) - Apoio nas ações de Desapropriação do Município - Fortalecimento do Conselho Municipal de Habitação; - Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social; - Execução do Programa de Formação e Qualificação Profissional; - Execução e qualificação do Trabalho Técnico Social, através da incorporação de novas tecnologias Sociais. - Realização de estudos e pesquisas em Habitação de Interesse Social; - Estudo de viabilidade para implantação do Programa de Doação de Lotes Urbanizados

4.2.3. Coordenadoria de Assistência Social

4.2.3.1. Gestão

Objetivos	Metas
Secretaria	Dotar de equipamentos e recursos humanos para 100% de aprimoramento da vigilância, controle social e institucional.
Casa do Cidadão	Ampliar e garantir o acesso ao atendimento da assistência

social à população dos distritos e sede.

Benefícios Eventuais	Operacionalizar os Benefícios Eventuais da Assistência Social.
Conselhos Municipais vinculados à Assistência	Garantir o pleno funcionamento dos Conselhos através de estrutura física e de qualificação contínua
Conselho Tutelar	Ampliação dos atendimentos realizados pelo Conselho tutelar

Tabela 9: Objetivos e metas da Gestão

4.2.3.2. Cadastro Único e Benefícios Sociais

Objetivos	Metas
Cadastro Único	- Manutenção do funcionamento da casa do cidadão. - Acompanhamento de 85% das famílias com perfil de saúde (realizado através do SISVAN), - Atualização de 50% das famílias inscritas no Cadastro Único com cadastro desatualizado há mais de 24 meses; - Realizar busca ativa nos CRAS e incluir famílias com renda per capita até R\$ 89,00; - Lançamento de 100% dos recursos das famílias em descumprimento de Condicionalidades.
Benefícios Sociais	- Emitir carteiras do passe livre municipal idoso e pessoa com deficiência; - Emitir carteiras do idoso nacional e pessoa com deficiência interestadual; - Emitir carteiras para o Restaurante Popular; - Levar ao cidadão a ação “Casa do Cidadão Itinerante”; - Conceder os benefícios Eventuais (Auxílio Natalidade e Funeral).

4.2.3.3. Proteção Social Básica

Objetivos	Metas
SCFV/Acompanhar grupos por faixas etárias em situação de vulnerabilidade social	- Acompanhar 1590 crianças, adolescentes, jovens e idosos, sendo 50% do público prioritário (957); - Expandir e reestruturar o SCFV em todos os CRAS considerando as particularidades do território tendo como referência a meta pactuada.
PAIF/ Acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade social, através de atendimentos particularizados e/ou coletivos e de acompanhamento familiar.	- Acompanhar 10% das famílias do Programa Bolsa Família pelo PAIF; (Resolução nº 18, 15/07/13, item a) - Ampliar o acompanhamento familiar às famílias cadastradas no Cadastro Único realizado pelo CRAS com perfil de extrema pobreza - Acompanhar as famílias com renda de até 89,00 per capita, sem bolsa família referenciadas pelos CRAS. - Incluir nos grupos de PAIF as famílias que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) - Aprimorar mecanismos de acompanhamento de famílias em descumprimento de condicionalidades - PBF - Realizar, em articulação com as Secretarias de Saúde e Educação, o acompanhamento e monitoramento, das condicionalidades do PBF e atualização cadastral, priori-

zando as áreas sem cobertura e com baixo índice de acompanhamento.

- Acompanhamento pelo PAIF de todas as famílias beneficiárias do BPC na Escola - (Benefício de Prestação Continuada na Escola).
- Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelos CRAS e/ou adequar o horário de atendimento possibilitando o acesso e a permanência do público atendido conforme demanda dos territórios.
- Promover a humanização dos atendimentos no CRAS
- Acompanhar pelo PAIF famílias beneficiária PBF que apresentam outras vulnerabilidades para além da insuficiência de renda. (Resolução nº 18, 15/07/13, item d)
- Sensibilizar e incluir em atendimento de PAIF (e/ou SCFV) as famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará, em conformidade com as condicionalidades do Programa de Superação da Extrema Pobreza Infantil (Lei nº 16.360 de 17/10/2017), instituído no âmbito do Estado do Ceará.

Viabilizar espaços de formação presencial para os profissionais dos CRAS, visando a qualificação em serviço	• Trabalhar a especificidade dos profissionais dos CRAS com os grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo com crianças, adolescentes e pessoas idosas; • Qualificar os profissionais de nível superior e médio; • Ampliar o conhecimento sobre ações socioassistenciais.
Estruturar a territorialização/cartografia social	• Atualizar a territorialização/cartografia referente a 2017.
Garantir melhor Gestão da Unidade	• Definir rotinas, fluxos, encaminhamentos, processos de monitoramento e avaliação.
Participar das ações do Ceará Pacífico	• Viabilizar ações de caráter preventivo sobre violências nos territórios.
Aprendizagem em Rede	• Proporcionar a troca de experiências; • Conhecer novas tecnologias sociais. • Fortalecer o processo de referência e contra referência enquanto processo de aprendizagem e qualificação dos serviços.
Programa CRESCER BEM EM SOBRAL	• Identificar e acompanhar famílias em situação de extrema pobreza, prioritariamente gestantes e/ou crianças de 0 a 6 anos pelo SUAS/CRAS. (Lei nº 1.780, de 12/07/2018 e Decreto nº 2.283, de 22/10/2019). • Concessão de auxílio financeiro sob denominação "Cartão Sobral" às famílias identificadas e selecionadas pelas equipes de referência dos CRAS. • Realizar os Encontros Afetivos com as famílias beneficiárias.
Programa PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/CRIANÇA FELIZ	• Acompanhar 750 beneficiários através de visita domiciliar na aplicação do Método do Cuidado para o Desenvolvimento da Criança (CDC). • Realizar a formação continuada dos visitadores domiciliares, no âmbito municipal. • Garantir a participação da equipe executora das capacitações no âmbito estadual/regional. • Fortalecer as ações do Comitê Gestor Intersetorial.
Programa ACESSUAS TRABALHO	• Acompanhar 1.000 usuários nas Oficinas de Desenvolvimento de Habilidades para o Mundo do Trabalho (Eixo 1/Guia de Orientações). • Estabelecer parcerias locais junto as instituições que atuam na esfera do mundo do trabalho. • Realizar o Seminário de Culminância do Programa "Tenda das Oportunidades".

Tabela 10: Objetivos e metas da Proteção Social Básica

4.2.3.4. Proteção Social Especial Média Complexidade: Serviço de proteção e atendimento especializado

Objetivos	Metas
PAEFI	● Fortalecer o acompanhamento individual visando a interrupção/superação das situações violadoras e a não reincidência. ● Articular a Rede de Políticas Setoriais para acompanhamento integral dos casos de violação de direitos, promovendo estudos de casos, encaminhamentos e pactuações intersetoriais; ● Intensificar a mobilização para participação das famílias nos grupos de PAEFI; ● Identificar e estratificar nos acompanhamentos os casos de famílias e/ou indivíduos com violação de direitos vinculados à ameaça de morte para promover articulações especializadas junto a UGP/PV, realizando discussão e estudo de casos compartilhados para Plano de Cuidados compartilhados;
Intensificar a cobertura no atendimento às mulheres vítimas de violência que acessam o Serviço.	● 100% dos atendimentos Referenciados dos casos atendidos no CREAS ao CRM para acompanhamento integral. ● Encaminhar os devidos relatórios psicossociais dos casos solicitados pela Delegacia de Defesa da Mulher de acordo com as atribuições de cada categoria e serviço; ● Articular junto ao Centro de Referência da Mulher serviço de acompanhamento psicossocial aos supostos agressores com o apoio da Promotoria de Justiça; ● Garantir a escuta qualificada de mulheres vítimas de violação de direitos, garantindo os encaminhamentos necessários e assistência integral.
Garantir o acompanhamento dos casos de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e outros tipos de violações de direitos.	● Fomentar alinhamento sobre o novo fluxo de atendimento a criança e adolescente vítimas de violência sexual de acordo com a Lei nº 13.431 de 04 de Abril de 2017 que trata da garantia dos direitos do público infante-juvenil; ● Fortalecer a integração entre as políticas públicas e o Sistema de Garantia de Direitos com o objetivo de evitar a revitimização da criança e adolescente vítima de violência; ● Mapear e Atualizar o Diagnóstico Municipal de Trabalho Infantil, identificando nos territórios, os locais de maior incidência, bem como os principais tipos de trabalho infantil/exploração sexual. ● Encaminhamento e inclusão das crianças e adolescentes identificadas para a rede Socioassistencial; ● Intensificar a disseminação da temática sobre exploração sexual como pior tipo de Trabalho Infantil, promovendo conscientização, sensibilização e educação principalmente ao público de maior risco e vulnerabilidade social; ● Acompanhar 100% dos casos identificados que envolvem crianças e

adolescentes em situação de trabalho infantil ao Sistema de Garantia de Direitos.

Tabela 11: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço de proteção e atendimento especializado

4.2.3.5. Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço especializado em abordagem social

Objetivos	Metas
Intensificar ampla cobertura do SAS nos territórios da sede e distritos.	● Realizar abordagens coletivas com profissionais das diversas políticas públicas; ● Identificar maior número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e ou reincidência de direitos violados. ● Atualização periódica (mensal) de dados coletados sobre as crianças/adolescentes identificados em situação de trabalho infantil em espaços públicos; ● Qualificar através de formações e educação permanente o trabalho dos orientadores sociais em parceria com o CAPS-AD e outros dispositivos atuantes. ● Intensificar o acompanhamento através de identificação e inclusão de novos territórios do município e distritos de Sobral para atuação do SAS; ● Ampliar a dinâmica da abordagem de rua com a participação de conselheiros tutelares; ● Realizar atividades socioeducativas e de orientações sociais em locais públicos, com maior concentração e incidência de violação de direitos; ● Articular ações compartilhadas entre CRAS, CMDCA, Conselho Tutelar e escolas de prevenção e orientação dos direitos da criança e do adolescente;

Tabela 12: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço especializado em abordagem social

4.2.3.6. Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

Objetivos	Metas
Ofertar atendimento especializado a famílias com pessoas deficientes e idosos com direitos violados	● Acompanhamento de 100% dos casos referenciados ao serviço. ● Contribuir para a autonomia, inclusão social e melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência, idosas e suas famílias. ● Garantir a escuta qualificada para pessoas com deficiência e idosas, vítimas de violação de direitos, garantindo a assistência integral e os encaminhamentos necessários; ● Ofertar atendimento especializado para pessoas com deficiência e idosas vítimas de algum tipo de violência garantindo, quando necessário, encaminhamento à Promotoria Especializada para viabilizar a superação das situações violadoras de direitos. ● Encaminhar 100% do público atendido aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados nos CRAS.

- Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMPCD e CMDPI
- Intensificar parcerias junto às políticas setoriais, articulando o Sistema de Garantia de Direitos (Defensoria pública, Ministério Público e Delegacias);

Tabela 13: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

4.2.3.7. Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade

Objetivos	Metas
Qualificar e fortalecer as ações de atendimento especializado às Medidas socioeducativas - MSE.	● Realizar interface com o Poder Judiciário, garantindo atendimento humanizado, orientação e acompanhamento das MSE em meio aberto, Liberdade Assistida-LA e Prestação de Serviço à Comunidade- PSC; ● Realizar o encaminhamento de adolescentes para programas, projetos e serviços voltados à qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho e oficinas de inclusão produtiva, ● Manter a realização dos grupos de adolescentes em espaço cedido pelo Poder Judiciário e garantindo a integridade dos adolescentes; ● Impulsionar a participação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e os familiares dos adolescentes que se encontram em meio fechado com seus responsáveis nos grupos de PAEFI; ● Impulsionar o acompanhamento dos familiares de adolescentes inseridos no Sistema Socioeducativo em meio fechado; ● Incluir 30% dos adolescentes egressos das MSE em cursos profissionalizantes e ou oficinas; ● Garantir os encaminhamentos necessários após a superação e cumprimento da medida socioeducativa aplicada ao adolescente aos serviços de base territorial (CRAS, CSF, Estação da Juventude, Educação, Cursos profissionalizantes e outros) como estratégia de contra referência e prevenção de reincidências; ● Potencializar o atendimento psicossocial aos adolescentes em acompanhamento pela equipe das MSE com foco em estratégias de cultura de paz; ● Estratificar os casos que envolvam adolescentes ameaçados de morte ou vítimas de homicídio acompanhados pelo CREAS e encaminhar Relatórios para a UGP de Prevenção à Violência. ● Garantir atendimento especializado aos adolescentes ameaçados de morte e potencializar encaminhamentos de acordo com cada especificidade (PPCAAM, CT, Comunidades Terapêuticas, Rede Familiar e outros);
AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO O TRABALHO INFANTIL	● Garantir a realização de Agenda com Ações Socioeducativas de Prevenção ao Trabalho Infantil e Abuso e Exploração Sexual no município de Sobral (Blitz Educativa Pré-Carnaval, Campanhas Nacionais, Fóruns de

– AEPETI-

Informar, mobilizar, apoiar, acompanhar, monitorar e desenvolver ações de combate e erradicação ao trabalho infantil.

Discussão, outros);

- Realizar Reuniões intersetoriais com os órgãos de Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente (CT, CMDCA, Coordenadoria dos Direitos Humanos, UGP) para discussão de casos relacionados ao trabalho infantil e seus agravos;
- Mapear e Atualizar o Diagnóstico Municipal de Trabalho Infantil, Identificando nos territórios os locais de incidência e os principais tipos de trabalho infantil, visto que o último diagnóstico é de 2014;
- Reunir as equipes do serviço de abordagem social bimestralmente para alinhar e fortalecer as ações estratégicas de trabalho;
- Encaminhar relatórios dos casos identificados de trabalho infantil ao Conselho Tutelar e MP quando necessário com objetivo de fortalecer ações de combate ao trabalho infantil;
- Fortalecer Reuniões da Comissão Intersetorial de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

Tabela 14: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa em liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade

4.2.3.8. Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço especializado para pessoas em situação de Rua - Centro POP

Objetivos	Metas
Acompanhar e promover estratégias para contribuir na saída da situação de rua, realizando os devidos encaminhamentos de acordo com a individualidade do público alvo.	● Realizar articulação e encaminhamentos para rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas viabilizando a construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência; ● 100% de acompanhamento dos casos atendidos no Centro POP ● Inclusão das pessoas em situação de rua em serviços de acolhimentos institucionais provisório; ● Intensificar estratégias que vise proporcionar a saída de situação de rua, bem como o retorno dos usuários do serviço à família de origem; ● Oferecer trabalho técnico para análise de demanda dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços sociassistenciais e das demais políticas públicas. ● Incremento na oferta do serviço do Centro Pop através do fortalecimento de atividades culturais, esportivas e socioeducativas garantido um acompanhamento continuado;
Garantir o acesso à emissão de documentação básica para população em situação de rua;	● Contribuir para o processo de cidadania através da documentação civil; ● Elevar a autonomia e autoestima da população em situação de rua;

	rua; ● Assegurar acesso ao mercado de trabalho e demais serviços, programas e projetos; ● Atendimento de 100% da população acompanhada pelo serviço sem documentação básica para emissão de documentação.
Realizar articulação e encaminhamentos para fortalecimento da autonomia, qualidade de vida, inserção social e proteção às situações de violência;	● Inserção da população de rua na Política de Habitação do município; ● Fortalecer as parcerias inter e intra setoriais com as Instituições Públicas, Privadas, Organizações da Sociedade Civil e Universidades. ● Intensificar a articulação entre as cidades de origem das pessoas migrantes em situação de rua no município de Sobral, visando seu retorno.
Fomentar a implantação da Política Municipal para População em Situação de Rua do Município de Sobral e do Comitê Intergestor de Avaliação e Monitoramento da Política;	● Instituição do Decreto-Lei que institui a Política Pública Municipal para População em Situação de Rua; ● Criação do Comitê Intergestor de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal para População em Situação de Rua.
Fortalecer a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Sobral capaz de atender a demanda da população em situação de rua;	● Atendimento da demanda da população em situação de rua na Política de Segurança Alimentar e Nutricional; ● Garantir o acesso ao alimento de qualidade e quantidade nutricional; ● Monitorar o número de almoços oferecidos no restaurante popular, ampliando a demanda quando necessária;
Intensificar o Serviço de Abordagem Social do Centro POP às pessoas em situação de rua.	● Reforçar através da Abordagem Social a identificação de pessoas em situação de rua no turno da noite, contribuindo para a inserção daqueles que não acessam o Serviço. ● Fortalecer o serviços de abordagem de rua durante o turno da noite em locais de maior incidência das pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e/ ou sobrevivência. ● Manter atualizado o mapeamento da população em situação de rua. ● Qualificar através de formações e educação permanente o trabalho dos orientadores sociais em parceria com o CAPS-AD e outros dispositivos atuantes; ● Contribuir para a redução dos danos provocados por situações violadoras de direitos. ● Realizar atividades socioeducativas e de orientações sociais em locais públicos, com maior concentração e incidência de violação de direitos.

Tabela 15: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Média Complexidade: Serviço especializado para pessoas em situação de rua POP

4.2.3.9. Proteção Social Especial – Alta Complexidade: Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

Objetivos	Metas
Qualificar os atendimentos de proteção integral dos usuários com vistas a restabelecer os vínculos familiares e sociais.	● Intensificação da articulação com a rede socioassistencial e outras políticas públicas; ● Garantir a oferta do serviço em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e Adolescentes; ● Preservar vínculos com famílias de origem, salvo determinação judicial em contrário. ● Divulgar a implantação do cadastro nacional de adoção no município realizando Campanhas de sensibilização à adoção de crianças e adolescentes quando engotadas todas as possibilidades de reinserção à família de origem e ou extensa; ● Assegurar os encaminhamentos necessários aos usuários do Serviço para as Políticas de Educação, Saúde, Habitação, Cultura, Esporte, Lazer Cursos Profissionalizantes e outros;

Tabela 16: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Alta Complexidade: Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

4.2.3.10. Proteção Social Especial – Alta Complexidade: Serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua

Objetivos	Metas
Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e rupturas de vínculos, restabelecendo os vínculos familiares e sociais.	● Intensificar estratégias que vise proporcionar o retorno dos usuários do serviço à família de origem e ou extensa. ● Superação da condição de acolhimento no prazo inicial de 06 meses, sendo trabalhado à família e a rede, visando a reinserção social, familiar e comunitária. ● Acompanhar 100% da família de origem e ou extensa do público atendido; ● Intensificar a articulação com a rede sociassistencial e outras políticas públicas; ● Ampliar ações com o objetivo de minimizar os impactos causados pelo uso de substâncias psicoativas através da redução de danos; ● Assegurar os encaminhamentos necessários aos usuários do Serviço para as Políticas de Educação, Saúde, Habitação, Cultura, Esporte, Lazer Cursos Profissionalizantes e outros; ● Intensificar as ações junto ao CAPS AD mediante a dependência química dos usuários do serviço. ● Inserção no Cadastro Único e em programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Tabela 17: Objetivos e metas da Proteção Social Especial – Alta Complexidade: Serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua.

4.2.4. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências UGP-PV.

Célula da UGP-PV	Metas para 2020 (parâmetros indicados no último Relatório de Gestão)
Sala de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultura de Paz	41. Implementar junto à COTEC alterações no SIMOV para melhor sistematização de dados colhidos pela UGP-PV e estudar a viabilidade de integrar suas funções ao SIGAJU; 42. Finalizar junto à COTEC o desenvolvimento da versão 2.0 do SIGAJU e realizar inserção dos dados restantes que não foram ainda inseridos. 43. Aperfeiçoar os indicadores registrados na Sala de Situação para melhor análise das atividades das células que compõem a UGP-PV 44. Conduzir a orientação e compilar de maneira sistemática as produções acadêmicas e empíricas realizadas na UGP- PV, de forma a concatenar as produções de conhecimento nos espaços de trabalho em linha mais coesa; 45. Divulgar o Anuário Sobre Dados de Homicídio: Sobral- 2018; 46. Divulgar a Cartilha de Vulnerabilidades da Juventude; 47. Produzir uma nova Cartilha sobre o funcionamento da UGP-PV, abordando suas metodologias e vivências sobre a prevenção de violências; 48. Incentivar, monitorar e apoiar a produção de relatos de experiência e artigos científicos dos profissionais da UGP- PV.
Educação Permanente	• Participar de, no mínimo, 3 eventos externos organizados por instituições acadêmicas, tais quais congressos, encontros regionais, encontros acadêmico/profissional; • Participar de, no mínimo, 5 encontros para alinhamento de gestão com diferentes órgãos do município, com foco especial para aqueles atuantes nos Território I e Território II, onde a UGP-PV segue continuamente com suas atividades; • Participar de, no mínimo, 5 encontros abertos para sociedade, como debates comunitários, diálogos sobre violências nas escolas, entre outros. • Executar, pelo menos, 10 Oficinas Formativas do Programa Específico UGP-PV; • Preparar e executar 100% dos encontros planejados de Educação Permanente e alinhamento de gestão junto ao Comitê Territorial 01; • Preparar e executar 100% dos encontros planejados de educação permanente e alinhamento de gestão junto ao Comitê Territorial 02;

	- Realizar o Programa de Formação externa à SEDHAS, junto a instituições que atuam diretamente com a juventude de 10 a 29 anos, principalmente com foco em equipamentos e ações com inserção territorial nos Territórios I e II; - Aplicar o Instrumental de Avaliação em 100% das Oficinas Formativas do Programa Específico UGP-PV; - Aplicar o Instrumental de Avaliação em 100% das Oficinas Formativas Externas à SEDHAS; - Obter, no mínimo, 75% de frequência dos participantes esperados em todas as Oficinas do Programa de Formação em Garantia de Direitos; - Obter, no mínimo, média de 3,2 no Instrumental de Avaliação das Oficinas Formativas do Programa Específico UGP-PV; - Obter, no mínimo, média de 3,0 no Instrumental de Avaliação das Oficinas Formativas Externas à SEDHAS.
Célula de Acompanhamentos das Investigações e Processos de Homicídios	- Realizar relatório mensal para alinhamentos e encaminhamentos buscando a celeridade dos processos de homicídios com autoria esclarecida. - Realizar acompanhamento independente do sistema Tempo de Justiça de todos os homicídios com autoria esclarecida do Território I, levando sempre como parâmetro os requisitos usados pela Célula de Estudo de Mortes Violentas e os dados da Sala Intersetorial de Informações Estratégicas. - Realizar triagens e encaminhamentos de 100% dos beneficiários do Programa PSC Humanizada; - Realizar buscas de 100% dos serviços ofertados pelos equipamentos municipais, adequando cada beneficiário de acordo com suas afinidades; - Implementar a aplicação de instrumentais de acompanhamento e conclusão e avaliação do cumprimento de 100% dos beneficiários do programa.
Célula de Estudos das Mortes Violentas	- Realizar 100% dos Estudos de Casos do ano de 2019 e 2020 do Território I e Território II. - Elaborar o Fluxo de Monitoramento dos encaminhamentos de cuidado à família. - Promover espaços de análises das evidências junto aos gestores nos Comitês Territoriais I e II. - Trabalhar as análises das evidências junto a juventude acompanhada pelos/as Articuladores/as de Juventude. - Inserir 100% dos casos estudados no SIGAJU. - Elaborar um calendário de Educação Permanente sobre Amea-

	ça de Morte. ● Implementar de forma efetiva e integral o fluxo construído no Território I. ● Inserir Formulário FPA no SIGAJU.
Comitês Territoriais	● Aproximação sistemática e planejada aos profissionais dos equipamentos; ● Parceria para formações com os profissionais dos setores à partir das demandas do diagnóstico; ● Frequência de 75% dos gestores de território nos encontros do Comitê Territorial I; ● Manutenção da frequência dos gestores acima de 80% no Comitê Territorial II; ● 100% de realização e atualização dos diagnósticos no prazo estabelecido no Comitê I e II; ● Monitoramento dos PCI's através da Sala de Situação; ● 06 PCI's por equipamento realizados no ano ; ● Execução dos projetos Demandas Escolares e Fortalecimento de Vínculos nas escolas com adolescentes de até 11 anos; ● Concretizar com gerência do Programa Articulador de Juventude e Facilitador Comunitário ações do PSE sobre gravidez na adolescência, uso de substâncias e prevenção de violências nas escolas municipais; ● Concretizar espaços formativos com a Coord. de Política Sobre Drogas nos equipamentos que mais apresentaram demandas relacionadas à substâncias no diagnóstico. ● Implementação do fluxo de acompanhamento da juventude no Comitê Territorial II; ● Elaboração de material de apoio para os equipamentos sobre os serviços e fluxos apresentados no próprio comitê
Programa Articulador de Juventude e Círculos dos Diálogos Comunitários	● Fortalecer Círculos de Diálogos Comunitários em 100% dos bairros compreendidos no Território I; ● Realizar pelo menos 20 Círculos de Diálogos Comunitários no Território I; ● Acolher os familiares e participar de 100% dos velórios dos adolescentes e jovens, entre 10 a 29 anos dos Territórios I, vítimas de homicídio; ● Discutir e construir intervenções de cuidado e prevenção em 100% dos casos graves e gravíssimos com os profissionais e gestores dos equipamentos do Território I;

Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã	● Provocar e realizar articulações intra-inter-extra setoriais de prevenção de violências com 100% dos adolescentes e jovens estratificados como graves e gravíssimos no Diagnóstico Situacional do Território I; ● Implementar e fortalecer Círculos de Diálogos Comunitários em 100% dos bairros compreendidos no Território I; ● Realizar 20 Círculos de Diálogos Comunitários no Território I; ● Acolher os familiares e participar de 100% dos velórios dos adolescentes e jovens, entre 10 a 29 anos dos Territórios I vítimas de homicídio; ● Discutir e construir intervenções de cuidado e prevenção em 100% dos casos graves e gravíssimos com os profissionais e gestores dos equipamentos do Território I;
Células	Ações/Iniciativas para 2019
Sala de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultura de Paz	Estabelecer fluxos padronizados e frequentes entre a UGP-PV e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará e a Secretaria de Saúde do Município de Sobral no que diz respeito aos dados de mortes violentas ocorridos no município, como forma de dar maior agilidade nas análises dos dados e encaminhamentos de ações na perspectiva de cuidado. ● Implementar o sistema CPPG (Ceará Pacífico Pesquisas Georreferenciadas) para uso dos articuladores, facilitadores e da gestão da UGP-PV, como forma de agrupar de maneira visual os dados de prevenção à violência e proporcionar encaminhamentos de cuidado customizados. ● Criar a Comissão Intersetorial de Prevenção de Violência, composta por pessoas de diversas instituições (OAB, Câmara dos Vereadores, academia, etc) e território, como forma de fazer pontes com diferentes atores e co-responsabilizá-los pelo processo de prevenção de violência.

Educação Permanente	● Co-criar o Programa de Formação em Direitos Humanos em conjunto com as outras coordenadorias da SEDHAS e implementar o Programa a, pelo menos, 75% dos profissionais com atuação territorial. As turmas devem ser integradas. ● Criar, pelo menos, 4 materiais didáticos (cartilhas, manuais, guias) sobre prevenção de violência, que compilam os resultados e aprendizados da UGP-PV. ● Inscrever, pelo menos, dois projetos da UGP-PV para editais de captações de recursos externos.
Célula de Estudos das Mortes Violentas	● Implementar a CEMV no Território II (Padre Palhano, Sumaré, Dom José, Centro); ● Realizar 100% de estudos das mortes violentas envolvendo jovens de 10 a 29 anos moradores dos territórios I e II; ● Produzir encaminhamentos e recomendações setoriais de evitabilidade de mortes futuras da juventude.
Célula de Acompanhamentos das Investigações e Processos de Homicídios	● Realizar o monitoramento do Programa Tempo de Justiça no Município; ● Dar continuidade à implementação, em parceria com Coordenadoria de Direitos Humanos, do Fluxo Municipal de Proteção às Pessoas Ameaçadas; ● Realizar triagem, encaminhamentos, acompanhamento e análises de 90% dos cumprimentos das Prestações de Serviços Comunitários no prazo estipulado pelo Ministério Público (PSC Humanizado).

Comitês Territoriais	• Instaurar o Comitê Territorial no Território II; • Corresponsabilizar 100% dos gestores acerca da Prevenção de Violência Juvenil; • Monitorar, sistematizar e analisar 04 Diagnósticos Situacionais com Estratificação de Risco dos Adolescentes e Jovens do Território I e II; • Implementar o Fluxo de Acompanhamento de Prevenção a Violência Juvenil no Território I e II; • Implementar o Formulário de Prevenção e Acompanhamento da Violência Juvenil no território I e II em 100% dos casos graves e gravíssimos estratificados pelos equipamentos do Território I e II; • Implementar o Projeto Conexão Territorial no Território I; • Implementar a Sala de Situação do Comitê Territorial no Território I e II; • Realizar 10 Educações Permanentes - EP's com os gestores do Comitê Territorial I e II; • Gerenciar, Monitorar e Avaliar 100% dos cursos de qualificação e profissionalização, do Programa Ocupa Juventude, ofertados pela UGP- PV; Dar suporte técnico aos Centros de Educação Infantil – CEI's do Território I na implementação e execução do Projeto Ciranda da Paz;
-----------------------------	---

	● Realizar seleção, formação e implementação da equipe de Articuladores de Juventude do Território II; ● Realizar Territorialização e Diagnóstico Territorial Georreferenciado do Território I e II; ● Acompanhar 100% dos adolescentes e jovens estratificados como graves e gravíssimos no Diagnóstico Situacional do Território I e II; ● Construir e fortalecer vínculos com 100% dos adolescentes e jovens estratificados como graves e gravíssimos no Diagnóstico Situacional do Território I e II; ● Implementar estratégias de intervenção e prevenção de violências com 100% dos adolescentes e jovens estratificados como graves e gravíssimos no Diagnóstico Situacional do Território I e II; ● Provocar e realizar articulações intra-inter-extra setoriais de prevenção de violências com 100% dos adolescentes e jovens estratificados como graves e gravíssimos no Diagnóstico Situacional do Território I e II;
Programa Articulador de Juventude e Círculos dos Diálogos Comunitários	● Realizar a seleção, formação e implementação de Facilitadores Comunitários do Território II; ● Realizar 60 Círculos de Diálogos Comunitários no Território I; Implementar e fomentar Círculos de Diálogos Comunitários em 100% dos bairros compreendidos no Território II; ● Acolher os familiares e participar de 100% dos velórios dos adolescentes e jovens, entre 10 a 29 anos dos Territórios I e II, vítimas de homicídio; ● Discutir e construir intervenções de cuidado e prevenção em 100% dos casos graves e gravíssimos com os profissionais e gestores dos equipamentos do Território I e II;

Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã	● Realizar 200 oficinas de educomunicação com as equipes territoriais da UGP-PV; ● Produzir 01 documentário em audiovisual com adolescentes e jovens do Território I egressos dos cursos do Ocupa Juventude; Produzir o II Seminário Direitos Humanos, Mídia e Comunicação; ● Implementar, Gerenciar e Monitorar o projeto LabConecta no Território I garantindo o protagonismo juvenil; ● Produzir e publicar intra, inter e extra território 70 materiais de comunicação;
--	--

4.2.5. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural – UG-PRFUR.

Dentre as atividades almeçadas e executadas para 2020 estão listadas abaixo:

Entrega dos títulos de propriedade de **114** famílias do bairroComplexo Monsenhor Aloísio Pinto “Parque Santo Antônio”;

Ingresso de ações de usucapião de aproximadamente **400** famílias do bairroComplexo Monsenhor Aloísio Pinto “Parque Santo Antônio”;

Realização e entrega dos de títulos de propriedade de**170** famílias do Distrito de Bonfim;

Realização e entrega de títulos de propriedade para **362** famílias do Conjunto Cesário Barreto - “Paraíso das Flores” - Bairro Alto da Brasília.

Realização da entrega de títulos de propriedade para **34** famílias dos Bairros Padre Palhano, Santa Casa, Alto Novo, Centro (Usucapião);

Ingresso de ações de usucapião de **70** famílias do Distrito de Aprazível.

Ingresso de ações de usucapião de aproximadamente **300** famílias do bairroDom José- Projeto Parque Mucambinho - 1ª etapa.

Realização e entrega dos de títulos de propriedade de **200** famílias da localidade Alto Grande - Sede de Sobral.

Cadastramento de aproximadamente **2.250** imóveis do bairro Vila União.

4.3. INICIATIVAS PLANEJADAS E REALIZADAS EM 2020 PELA SECRETARIA

Para o ano de 2020, a SEDHAS definiu uma série de objetivos e iniciativas que pudessem contribuir para melhorias na gestão.

O acompanhamento da realização dessas iniciativas pode ser visto abaixo:

4.3.1. Coordenadoria dos Direitos Humanos

No decorrer do ano de 2020, em meio ao contexto da Pandemia Covid-19, foram desenvolvidas várias ações, apresentadas e agrupadas conforme os indicadores abaixo:

Indicadores	Qtd Ações	Qtd Pessoas
EDUCOMUNICAÇÃO	17	9.061
REUNIÕES TÉCNICAS	5	145
SEMINÁRIOS/EVENTOS	10	496
CAPACITAÇÕES EM DIREITOS HUMANOS	9	220
AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DESPORTO	15	840
FÓRUMS PERMANENTES	2	75
AÇÕES DE CULTURA DE PAZ	1	150
SEMANAS EDUCATIVAS E DE CIDADANIA	1	200
OFICINAS/ RODAS DE CONVERSA	12	562
Total	72	11.749

A Educomunicação é conceituada como o “método de ensino no qual a comunicação em massa e a mídia em geral são usadas como elemento de educação. É também um campo de convergência entre a educação e outras ciências humanas, que começou a surgir a partir dos anos 70, pela Escola de Comunicação e Artes da USP (Universidade de São Paulo)”. Assim no contexto da Pandemia essa tecnologia foi utilizada, como forma de reorganização das estratégias de cuidado e comunicação principalmente para os segmentos dos núcleos desta coordenadoria.

As reuniões técnicas foram necessárias para replanejar e exercitar a intersetorialidade das ações e projetos para com os equipamentos principalmente da rede socioassistencial, e de saúde.

Em relação aos seminários e eventos foram realizados 10, tendo como os principais focos o isolamento social, questões de saúde e movimentos sociais, tais como o fortalecimento das pautas LGBTQIA+.

As Capacitações em direitos humanos ocorreram majoritariamente ligados as políticas públicas, ocorrendo em sua maioria nos espaços dos fóruns e minicursos.

Sobre as Ações socioeducativas, no decorrer deste ano, foram realizadas 15 ações com 840 participantes. Dentre as ações destacamos o Mutirão de Retificação Nominal foi umas das ações socioeducativas que faz parte da Campanha Cidadania tem nome, cujo o objetivo é auxiliar na retificação nominal da certidão de nascimento de pessoas transgêneros realizadas em 2020.

Os Fóruns são espaços de diálogo e deliberação, no decorrer desse ano teve destaque o Fórum da pessoa com deficiência, uma vez que tiveram como temáticas abordadas os direitos das pessoas com deficiência.

No que se refere as Ações de Cultura de Paz, foi realizado o Ato Inter-Religioso tem por objetivo reunir líderes religiosos e pessoas ligadas às diversas expressões de crenças, fé, cultos e religiões, revelando a riqueza da diversidade que é vista nas diferenças.

Dentre as semanas educativas e de cidadania, no período janeiro, realizamos a I Semana da Visibilidade Trans de Sobral, com o objetivo de pensar políticas públicas de atenção para a população de pessoas transgêneros do nosso município.

Aconteceram 12 oficinas/rodas de conversa, tendo como destaque três Ciclos de debates on-line. Tendo como objetivo a criação de um espaço virtual para dialogar sobre os impactos da pandemia nos Direitos Humanos e a sua relação com as políticas públicas e os diferentes grupos societários. No I Ciclo de Diálogos On-line, o tema abordado foi: Pandemia, Direitos Humanos e Solidariedade; No II Ciclo de Diálogos On-line tratamos sobre Pandemia, Direitos Humanos, Migração e Refugiados e o III Ciclo de Diálogos foi sobre Direitos Humanos e Mulheres Afro-ameríndias, latino-americana e caribenha.

Dentre as ações realizadas destacamos a Colaboração desta Coordenadoria na Campanha Sobral Coração Solidário. Durante os meses de março a agosto, no qual estivemos a frente dos processos de arrecadação, higienização, armazenagem e montagem de kits de alimentos, limpeza e higiene. Neste sentido a campanha teve como objetivo: a arrecadação de mantimentos, alimentos, material de limpeza e de higiene pessoal, bem como outros objetos na qual o público alvo da campanha venha a necessitar. E como público alvo: população em situação de rua (abrigo ou que foram para as famílias), catadores de material reciclável, ambulantes, profissionais liberais e empreendedores informais e profissionais que entraram em vulnerabilidade alimentar.

A Campanha Sobral Coração Solidário foi coordenada pela Coordenadoria dos Direitos Humanos em parceria com a UGP de Prevenção da Violência, tendo como apoio e suporte a Assistência Social, Habitação, UGP de Regularização Fundiária e Casa do Cidadão. Para tanto, foi criado um Grupo de trabalho com representantes das instâncias supracitadas, a fim de deliberar sobre perfil dos usuários beneficiários e fluxos diversos referente à campanha.

A divulgação e Mobilização dos doadores se dá por meio de duas estratégias.

- Público Geral: Para o público geral é feito a partir da arte de divulgação que se dá pelas vias de comunicação (site, redes sociais e whatsapp)
- Empresários: Para os empresários é feito a partir do contato telefônico, por e-mail e /ou presencial.

Seguindo as orientações sanitárias do Ministério da Saúde e de modo a evitar que a população sobralense saia de suas casas para realizar doações, evitando assim possibilidades de exposição ao vírus. A campanha encon-

trou em empresas parceiras (supermercados e mercadinhos) pontos de coleta. Assim, duas vezes por dia, um veículo da prefeitura juntamente com a equipe a frente da campanha, realizam o recolhimento dos itens doados.

As empresas parceiras que atualmente tem colaborado com a campanha são: Supermercado Super Lagoa; Supermercado Pinheiro; Supermercado Atacadão; Supermercado Assaí e Supermercado Rainha.

A arrecadação também se dá nos domicílios, através de um contato telefônico, os cidadãos sobralenses agendam data e horário e a coleta dos itens é realizada pela equipe a frente da campanha.

O Estoque e Armazenamento da campanha tem como polo o Centro de Convenções de Sobral. Desta forma, algumas salas servem de local para estoque, de modo que, o funcionamento interno está organizado e funcionando como um Centro de Distribuição. Assim, os itens que são arrecadados, são higienizados com solução de água e água sanitária, contabilizados e empilhados de modo a facilitar a conferência e posterior produção de cestas básicas e kits de higiene e limpeza.

4.3.2. Coordenadoria de Habitação

O Contexto da Pandemia trouxe inúmeros desafios para a sociedade e principalmente para a administração pública, acarretando na necessidade de criar novos processos de trabalho que respeitem os Protocolos de Saúde e nos permitam chegar ao cidadão que necessita dos serviços. Em meio a este cenário atípico que caracterizou o ano de 2020, a Coordenadoria de Habitação conseguiu obter os seguintes resultados:

- 08 Unidades Habitacionais Concluídas/101 Unidades Habitacionais em Construção
- 703 Atendimentos;
- 542 Visitas Domiciliares acompanhamento social;
- 58 Visitas técnicas de supervisão de obra.
- 50 Visitas em Unidades Habitacionais de Taipa/Reforma/Desapropriação
- 86 visitas técnicas para situações de risco/emergência
- Acompanhamento de 107 famílias inseridas no Programa de Locação Social – PLS
- Mapeamento de 112 famílias residentes em área de risco (alagamento) no bairro Tamarindo;
- Mapeamento de 87 famílias residentes em área de risco (alagamento em decorrência das chuvas) no distrito da Taperuaba;
- Mapeamento de 52 famílias residentes em área de risco (alagamento em decorrência das chuvas) no entorno do Parque Pajeú;
- Mapeamento de 06 famílias residentes em área de risco (alagamento em decorrência das chuvas) no Jai-baras;
- Mapeamento e visitas aos possíveis locais para abrigo das famílias atingidas pelas chuvas
- Elaboração do Plano de Ação Simplificado para evacuação de áreas alagadas em decorrência das chuvas e das cheias do Rio Acaraú.
- Elaboração de 40 projetos de Projetos Básicos (Arquitetura e Complementares, orçamentos)
- Elaboração de 36 Relatórios Técnico de Engenharia
- 55 adolescente e jovens capacitados pelo projeto Ocupa Juventude nos bairros Nova Caiçara (Áreas: Mecânico de ar condicionado, mecânico de motocicleta, curso técnico de eletrotécnico e eletromecânica);
- Elaboração do Relatório Final do Plano de Trabalho Social do Empreendimento Residencial Orgulho Tropical II;

- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Empreendimento Residencial Orgulho Tropical III – aguardando aprovação;
- Elaboração e aprovação do relatório final do Trabalho Social do Projeto de Urbanização Sem Terra Parque Mucambinho 1 (Dom José);
- Elaboração e aprovação da Reprogramação do Plano de Trabalho Social do Projeto de Reconstrução de 68 Unidades Habitacionais com Regularização Fundiária no Bairro José Euclides (PT – N° 0342881-81);
- Execução da Reprogramação do Plano de Trabalho Social do Projeto de Reconstrução de 68 Unidades Habitacionais com Regularização Fundiária no Bairro José Euclides (PT – N° 0342881-81);
- Elaboração do plano de ação simplificado para remoção das famílias atingidas pelas chuvas;
- Prestação de contas Final do contrato de repasse do Projeto de Unidades Habitacionais nos Bairros Padre Palhano, Alto Novo e Centro (Santa Casa e Tamarindo) - PT – N° 0249802-55;
- Fortalecimento do Conselho de Habitação (02 reuniões ordinárias)

4.3.3. Coordenadoria de Assistência Social

Na coordenadoria da Assistência Social vale destacar o volume de atendimento no ano de 2020, totalizando 96.038 atendimentos à família em situação de vulnerabilidade e risco social nas unidades de PSB e PSE de média e alta complexidade.

Coordenadoria	Objetivos	Planejada/Executadas
Assistência Social	Garantir a operacionalização da política da assistência social.	• Melhoria nas instalações de atendimento do CADÚNICO; • Participação sistemática nas capacitações oferecidas pela STDS (Estado);

		• Participação em reuniões do COEGEMAS; • Termos de Fomento/Convênio: financiamento dos Projetos das Organizações da Sociedade Civil - SAFS; • Funcionamento adequado da Casa dos Conselhos e canais de participação, controle e mobilização social; • Melhoria na estrutura física e manutenção do Conselho Tutelar; • Manutenção das Unidades da Assistência Social; • Requalificação da vigilância Socioassistencial (Atualização, monitoramento e avaliação dos dados); • Acompanhamento e monitoramento Nutricional através do Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional;
--	--	--

		• Implementação do Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz; • Execução Programa Mais Infância Ceará no município; • Execução do Programa ACESSUAS Trabalho • Formação continuada dos profissionais de nível superior (analistas de políticas públicas sociais) e de nível médio, orientadores sociais que executam o SCFV; • Acompanhamento técnico sistemático nas unidades PSB e PSE; • Acompanhamento do Programa BPC na Escola (116 Visitas). • Implantação e Implementação do Execução do Projeto Ocupa CRAS na sede do município. E o ocupa CRAS execução nos CRAS das Sede e Distrito com atividades lúdicas.
Casa do Cidadão.	Cadastro Único - Universalizar programas/serviços e projetos garantindo equidade social	• Foram atualizados 28.892 famílias cadastradas, equivale a 77% de um total de 37.518 famílias cadastradas no CadÚnico; (Base de Agosto) • Lançamento de 100% dos recursos das famílias em descumprimento de condicionalidades até o período exigido • Realizado 03 Casa do Cidadão Itinerante. • Durante o período da Pandemia as condicionalidades foram suspensas, a fim de não prejudicar as famílias beneficiárias do PBF. (Atualização cadastral, frequência escolar e acompanhamento saúde.)
	Benefícios eventuais.	• Emissão de 224 carteiras passe livre do idoso e 143 da pessoa com deficiência; • Emissão de 113 carteiras passe livre do idoso nacional e 06 da pessoa com deficiência interestadual; • Emissão de 75 carteiras para o Restaurante Popular; • 122 auxílios natalidade disponibilizados. • 203 auxílios funerários disponibilizados. • 7.509 cestas básicas oferecidas em virtude da Pandemia COVID -19

Proteção Social Básica	CRAS/SCFV.	• 1.599 participantes em 84 grupos(0-6, 7-15, 15-17, 18-59 e Idosos), desde 918 público prioritário; 5.151 Mobilizações.
	CRAS/PAIF.	• 35.973 Famílias em acompanhamento; • 720 famílias participantes em 48 grupos; • 1.427 visitas domiciliares; • 173 Visitas institucionais; • 16.352 encaminhamentos a rede de atendimento

		socioassistencial e intersetorial; • 20.230 atividades não continuadas (palestras, oficinas, eventos de datas comemorativas, encontros, entre outros); • 8.928 famílias em situação de extrema pobreza em acompanhamento; • 209 famílias inseridas e 160 desligadas.
	Programa Primeira Infância do SUAS/CRIANÇA FELIZ.	• Reuniões do Comitê Gestor intersetorial (Saúde, Educação, CMDCA, SECJEL e Cadastro Único). • 750 famílias beneficiadas(92 gestantes, 645 crianças de 00-03 com PBF e 13 crianças de 00-06 com BPC); • 121 encaminhamentos para a rede de atendimento; • 26.438 visitas domiciliares; • 12 encontros de capacitação da equipe do programa(02 com supervisores e 22 com visitantes). • 41 atividades de caráter não continuado
	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho- ACES-SUAS TRABALHO	• Planejamento das ações com os CRAS para a realização de 06 (seis) oficinas nos territórios do CRAS, totalizando: 150 atendimentos. • Articulação com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico para facilitar as oficinas. • (*) As atividades foram suspensas no período da pandemia. • (**) O recurso para a execução do Termo de Aceite com meta de 200 adolescentes em cumprimento de medidas socio educativas, no valor de R\$ 40.000,00 só foi transferido pelo Governo Federal no mês de setembro.
Casa do Cidadão	Cartão Mais Infância Ceará	• Acompanhamento das 503 famílias beneficiárias com o Programa Estadual de Transferência de Renda. • Atualização do cadastro único de 100% das famílias.

	Projeto #OcupaCRAS -	- Desenvolvimento das ações e atividades de cunho sócio educativo, cultural, esportivas e de cidadania para adolescentes e jovens com vista a prevenção à violência, através do Projeto #OcupaCRAS de forma remota. - Realização de ações de caráter socioeducativo de apoio aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de forma integrada, a citar: Semana do Bebê, Arraiá Virtuá, Colônia de Férias, Dia das Crianças, entre outras.
Proteção Social Especial: Média Complexidade.	CREAS - PAEFI/MSE.	293 famílias em acompanhamento (409 volume de acompanhamento); 45 famílias desligadas e 27 inseridas; 33 participantes em 05 grupos(PAEFI);

		• 582 visitas domiciliares; • 228 visitas institucionais; • 717 atendimentos especializados; • 742 encaminhamentos; • 53 ações não continuadas (oficinas, palestras, encontros, fóruns, entre outros).
		• 50 adolescentes em acompanhamento (LA 22 adolescentes, PSC 28); • 01 grupo de responsáveis com 31 participantes geral; • 01 grupo de adolescentes com 31 participantes geral.
	CREAS/AEPETI.	• 26 ações de mobilização de combate ao trabalho infantil; • 445 participantes das ações; • 09 acompanhados.
	CREAS/abordagem.	• 708 pessoas abordadas; • 2.447 abordagens.
	Centro POP/abordagem.	• 3.295 abordagens (835 pessoas).
	Centro PO P/Serviço Especializado.	• 116 pessoas em acompanhamentos (35 inseridos e 49 desligados); • 902 atendimentos; • 395 encaminhamentos; • 92 visitas domiciliares; • 198 visitas institucionais.

Proteção Social Especial: Média Complexidade.	Abrigo Domiciliar.	• 25 crianças e adolescentes acompanhadas; • 04 adoções; • 80 visitas domiciliares; • 301 encaminhamentos; • 252 atendimentos especializados; • 50 visitas institucionais; • 11 relatórios sociais.
	Acolhimento POP.	• 18 acolhidos; • 18 acompanhamentos; • 84 encaminhamentos; • 55 atendimentos especializados; • 10 desligamentos e 18 inseridos; • 23 visitas domiciliares; • 81 visitas institucionais; 19.058 serviços ofertados (café, almoço, lanche, jantar, cultura e lazer);
		• 12 atividades coletivas.
	Cartão Crescer Bem Sobral	• Atualização do Cadastro Único das 57 famílias beneficiadas pelo programa de transferência de renda municipal. • Acompanhamento das 57 famílias beneficiárias nos sistema de Governo federal (SIBEC e V7) • 57 famílias beneficiárias com o auxílio financeiro através do Cartão Sobral; • Realização dos Encontros Afetivos na modalidade presencial nos meses de janeiro a março (1 quinzena) e nos meses seguintes de forma remota. • Reunião de alinhamento com os coordenadores de CRA e as facilitadoras para a execução do programa em período de pandemia.

Tabela 20: Ações da Coordenadoria da Assistência Social

4.3.4. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violência – UGP-PV

Célula da UGP-PV	Iniciativas realizadas em 2020
Sala de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultura de Paz	100% dos dados de homicídio (base SIIM e SSPDS) registrados na planilha de Consolidado Geral. 90,72% dos parâmetros dos dados de homicídio (tais como nome da mãe, raça, endereço) registrados na planilha de Consolidado Geral. 874 adolescentes e jovens estratificados com grau de vulnerabilidade associado a violência no SIGAJU. - Primeiro diagnóstico de Vulnerabilidade da Juventude feito diretamente no SIGAJU, em parceria com o Comitê Territorial II. - Elaboração de 7 materiais técnico pedagógicos diretamente feitos pela UGP-PV e outros 3 materiais acadêmicos feitos por parceiros e apoiados pela UGP-PV. 5 Salas de Situação realizadas como estratégia de monitoramento dos processos. - Evento de divulgação da Cartilha, com participação do Secretário e da Vice-Governadora.
Educação Permanente	12 Educações Permanentes realizadas, sendo 8 no Programa Específico aos Articuladores e Facilitadores e 3 a instituições externas. - Indicador de 91% de presença no Programa Específico e 97% no Programa Externo. - Indicador de avaliação dos participantes 3,8 no Programa Específico e 3,6 no Programa Externo (nota máxima é 4). 13 condições metodológicas robustas nos encontros do Comitê Territorial (apoiadas diretamente pela Educação Permanente); - Participação em 10 eventos com convidados para palestrar; 1 edital premiado, o Edital da Fundação Abrinq de Boas Práticas.
Célula de Acompanhamentos das Investi-	- Realização de Educação Permanente junto a equipe territorial para formação técnica sobre o PSC Humanizado; - Encontros frequentes com o GT do PSC Humanizado para encaminhar os casos;

gações e Processos de Homicídios	Acompanhamento do Tempo de Justiça.
Célula de Estudos das Mortes Violentas	5 estudos de Morte Violenta devidamente realizados. 89,29% de retorno dos ofícios de solicitação para realização dos Estudos e 91,67% de retorno dos convites para os estudos. 92,59% de presença dos gestores convidados nos estudos. 100% dos relatórios desenvolvidos foram compartilhados com os gestores envolvidos. I. 1 caso encaminhado para o Fluxo da Pessoa Ameaçada de Morte.
Comitês Territoriais	10 encontros realizados com o Comitê Territorial I, com frequência média de 80%. 10 encontros realizados com o Comitê Territorial II, com frequência média de 70%. - Primeiro diagnóstico realizado diretamente no SIGAJU, a partir dos dados do Comitê Territorial II (cerca de 300 adolescentes e jovens identificados) - Elaboração do Guia de Acompanhamento da Juventude em Situação de Vulnerabilidade - material técnico pedagógico robusto composto por três materiais (ficha técnica + fluxograma + protocolo) para instrumentalizar a garantia de direitos e a prevenção a violência na juventude.
Programa Articulador de Juventude e Círculos dos Diálogos Comunitários	- Cerca de 100 adolescentes e jovens acompanhados diretamente pela equipe territorial da UGP-PV; 5 Círculos de Diálogo devidamente executados; - Elaboração do “Manual da Busca Ativa”, manual técnico pedagógico que conceitua a prática de abordagem à juventude em situação de vulnerabilidade grave e gravíssima. - Criação de estratégias de cuidado emergencial durante a pandemia;
Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã	22 encontros com a equipe do território para fomentar espaços de comunicação colaborativa, criativa e cidadã nos territórios; 34 encontros com os comunicadores comunitários dos territórios; 38 oficinas e ações articuladores com os comunicadores comunitários;

	• 508 materiais de comunicação publicados sobre prevenção de violências; • 7 parcerias intersetoriais e 4 institucionais. 111 compartilhamentos com gestores e mídias locais.
Células	Ações/Iniciativas
Sala de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultura de Paz	• Criação de banco de dados inteligente e automatizado, reunindo as principais informações sobre vítimas de homicídios na cidade de Sobral, unindo informações da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará - SSPDS-CE, do Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM e das demais células da UGP-PV; • Levantamento de dados referentes aos homicídios ocorridos antes da criação da UGP-PV como método de enriquecer a análise histórica dos dados • Articulação com a Coordenadoria de Sistemas de Informação da Prefeitura Municipal de Sobral (COTEC) para cessão do sistema de georreferenciamento do Comitê Deliberativo do Ceará Pacífico, com intuito de compilar e georreferenciar homicídios em Sobral (Sistema de Monitoramento de Mortes Violentas - SIMOV); • Desenvolvimento conjunto com a COTEC do Sistema Georreferenciado de Acompanhamento de Juventudes (SIGAJU), já lançado, com a base de 2019 inserida e previsão de entrar no fluxo das atividades do Programa Articulador de Juventude, Célula de Estudos de Mortes Violentas e Comitê Territorial I a partir de janeiro de 2020; • Apresentação e discussão dos dados de homicídios e indicadores correlatos com as equipes territoriais da UGP-PV e os gestores de equipamentos integrantes do Comitê Territorial; • Alinhamento de gestão e fluxo de dados com o setor de Vigilância em Saúde de Sobral; • Produção da Cartilha de Vulnerabilidades da Juventude com apresentação aos gestores profissionais dos equipamentos públicos do território I e a boa recepção por parte deles; • Produção e aplicação em espaços coletivos do Jogo de Trajetórias e Vulnerabilidades; • Produções: Manual de Estratégias Pedagógicas (Parceria com o Curso de Pedagogia/UVA); Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso -

	A vivência do luto em mães de jovens vítimas de homicídio na cidade de Sobral - CE (Psicologia/UFC); Relato de Experiência - Estudos de mortes violentas em Sobral: praxis e sentido na atuação da política pública de prevenção de violências. (II Congresso Internacional Saúde e Sociedade); Acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso - A Vivência Social como Estratégia de Gestão em Políticas Públicas: O Caso do Programa Articuladores da Juventude em Sobral-CE (Curso de Gestão de Políticas Públicas/UFC); Relato de Experiência: Esporte como redutor de violência.
Educação Permanente	• Realização de 20 encontros com setores da gestão pública, sociedade civil e academia, contabilizando 40 horas e 713 pessoas alcançadas durante todo o ano de 2019. • Compreensão por mais agentes sociais atuantes no município e em outras políticas públicas dos fazeres e práticas da UGP-PV, estreitando relações e conversas com diferentes universos. • Realização de 22 momentos formativos com os profissionais dos equipamentos da SEDHAS (Programa Comum), com 87% de taxa de presença dos profissionais, conforme detalhes na Tabela 3: Consolidado dos Resultados do Programa de Formação; • Realização de 26 momentos formativos com Articuladores e Facilitadores da UGP-PV (Programa Específico), com 82% de taxa de presença dos profissionais, conforme detalhes na Tabela 3: Consolidado dos Resultados do Programa de Formação; • Realização de 20 encontros com agentes sociais externos à SEDHAS, contabilizando o alcance de 352 pessoas e duração de 66 horas, conforme detalhes na Tabela 3: Consolidado dos Resultados do Programa de Formação; • Criação de diálogos e compartilhamento de conteúdos voltados para a garantia de direitos como forma de prevenção de violências com novas instituições, como Guarda Civil do Município de Sobral, Instituto ECOA, Casa Acolhedora, Levante Popular da Juventude, entre outros, conforme é possível ver na Tabela 6: Cronograma das Oficinas Formativas Externas à SEDHAS; • Participação e planejamento de 8 encontros do Comitê Terri-

	torial 01, para apoio e construção de momentos de Educação Permanente no espaço. Nesses encontros pudemos desenvolver momentos de alinhamento de gestão entre diferentes setores que compõem o Comitê com outros serviços e processos da gestão pública municipal. Também foram desenvolvidas Educações Permanentes dentro de assuntos relacionados a temática da violência solicitados pelos integrantes do Comitê. Todos os assuntos tratados nos encontros podem ser visualizados na Tabela 7: Cronograma das Educações Permanentes Junto ao Comitê Territorial 01. ● Participação e planejamento de 7 encontros do Comitê Territorial 02, para apoio e construção de momentos de Educação Permanente no espaço. Com o início das atividades do Comitê Territorial 02, a participação da Célula de Educação Permanente no espaço contemplou formações essenciais para conversarmos sobre o que é a violência, como ela afeta a nossa juventude, além de alinhamentos de gestão iniciais entre os setores e sensibilização dos profissionais. Todos os assuntos tratados nos encontros podem ser visualizados na Tabela 8: Cronograma das Educações Permanentes Junto ao Comitê Territorial 02. ● Fomento aos momentos intraequipes para estudos e compartilhamento de experiências, chamados de PAIDEA. Sempre realizado com os Articuladores de Juventude e Facilitadores Comunitários com temas diversos e conduzidos pelos próprios participantes.
Célula de Estudos das Mortes Violentas	● Realização de 12 estudos de casos de homicídios de adolescentes e jovens (10 a 29 anos) residentes do território I (Terrenos Novos, Vila União e Nova Caiçara); ● 93 profissionais e gestores públicos participantes dos estudos de caso; ● Acompanhamento mais efetivo das famílias em contexto de vulnerabilidade ● Educação Permanente com os distintos setores (Saúde, Educação, Assistência Social). ● Encontros semanais com a Coordenação de Monitoramento de Mortes Violentas contribuindo com a organização do trabalho.

	• Efetividade na entrega de documentos e na participação dos/as profissionais nos encontros de Estudos de Casos. • Estruturação do Fluxo Municipal de Proteção às Pessoas Ameaçadas de Morte (Integrado à Coordenadoria de Direitos Humanos);
Célula de Acompanhamentos das Investigações e Processos de Homicídios	• Análise da situação jurídica de 100% dos homicídios de jovens (10 a 29 anos), observando quais casos foram investigados, denunciados e julgados; • Atualização do histórico de partes através do e-SAJ e identificação das inconsistências das informações dos sistemas sinalizadas ao setor responsável. • Foram realizadas 11 triagens do PSC Humanizado totalizando 103 pessoas atendidas e encaminhadas para os equipamentos municipais.
Comitês Territoriais	• 22 Encontros do Comitê Territorial I realizados (100% do que foi planejado foi executado) e 27 pautas executadas; • 74% de frequência dos gestores no Comitê Territorial I e 15,2% de ausências justificadas (apenas 10,7% de ausências não justificadas); • 86,6% de entrega do Diagnóstico de Vulnerabilidades da Juventude por parte dos equipamentos (No primeiro semestre de 2019, a taxa de entrega havia sido de 50%, ou seja, houve grande melhora) no Comitê Territorial I; • 09 Encontros do Comitê Territorial II realizados (100% do que foi planejado foi executado) e 09 pautas executadas; • 89,3% de frequência dos gestores no Comitê Territorial I e 8,4% de ausências justificadas (apenas 2,2% de ausências não justificadas);
Programa Articulador de Juventude e Círculos dos Diálogos Comunitários	• 11 Círculos de Diálogos executados; • 38 encontros entre o gerente com as equipes de território para monitorar as ações e dar diretrizes sobre os trabalhos; • 28 atividades técnicas acompanhadas do gerente com as equipes do território; • 223 trabalhos com grupos realizados no Território I, facilitadores diretamente pela equipe de Facilitadores e Articuladores; • 100 ações comunitárias realizadas no Território I, facilitadores diretamente pela equipe de Facilitadores e Articuladores; • 995 visitas domiciliares realizadas no Território I pelas equipes de Articuladores e Facilitadores, • 747 abordagens individuais realizadas no Território I pelas equipes de Articuladores e Facilitadores.
Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã	• Criação do Instagram, facebook e Youtube da UGP-PV; • Apoio na criação e fortalecimento das mídias locais do território I: Vila TN Futebol, Juventude em ação, Existe amor no Nova Caiçara e Vila União de luta. • 205 materiais de comunicação publicados intra/inter e extra território;

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">● 85 compartilhamento dos materiais de comunicação com gestores e mídias locais; |
|--|--|

4.3.5. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural – UGPRFUR.

Em 2020, a UGP de Regularização Fundiária regularizou 116 imóveis sendo:

- 93 Conjunto Cesário Barreto
- 12 Conjunto Parque Santo Antonio
- 11 nos Bairros Padre Palhano, Santa Casa, Alto Novo, Centro (Usucapião).

Outras atividades:

590-Atendimentos individuais na UGP

258- Visitas domiciliares sede

378- Visitas domiciliares em distritos

1- Reunião com CEF (video conferência)

71- Visitas institucionais em cartórios e demais instituições da PMS e Defensoria Pública.

1- Assembleia de apresentação de atividades (Alto Grande)

1- Reunião externa com a comunidade (Santo Antonio)

2- Participação em programas de rádio

1-Reunião na SEDHAS

112- Mobilização em torno do Rio Acaraú no período de enchentes

23 - Entradas com processo de Usucapião voluntário (ver Augusto)

52- Atendimento para entrada no processo de Usucapião

Elaboração da justificativa do PT 0233489-12 Parque Mucambinho 1ª etapa

4.4. AÇÕES REALIZADAS EM 2020 PARA ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Conforme relatado no **PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES E RESPECTIVAS REGRAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL EM RAZÃO DA PANDEMIA – COVID-19**, a Coordenadoria da Assistência Social adotou como diretrizes de sua atuação as seguintes medidas:

- Ampliação de atividades de apoio às famílias e indivíduos em situação de isolamento social e domiciliar.
- Identificação das famílias acompanhadas para serem contempladas com os benefícios de caráter emergencial e temporário estabelecidos pelas esferas federal, estadual e municipal.
- Participar da entrega presencial e temporária de cestas básicas e kits (limpeza/higiene) para as famílias.
- Orientação aos beneficiários sobre os cuidados preventivos e de higienização para evitar a contaminação com o COVID-19(Coronavirus).
- Promover atividades de apoio às famílias e indivíduos em situação de isolamento social e domiciliar para manutenção dos vínculos.
- Realização de atendimento presencial socioassistencial e sociojurídico, priorizando-se atendimentos individualizados apenas em situações graves ou urgentes.
- Articulação com as Promotorias, Vara de Infância e Juventude e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.
- Gestão e acompanhamento das ações vinculadas a Política de Assistência Social.

Devido à pandemia causada pelo Corona Vírus (COVID-19), no ano de 2020, foram realizadas as seguintes ações pelas áreas de atuação da assistência social:

Na CASA DO CIDADÃO E CÉLULA DE BENEFÍCIOS SOCIAIS, destacamos as ações COVID no ano 2020:

- Recebimento e armazenamento de alimentos;
- Atendimento e cadastro dos beneficiário
- Pesquisa de dados e construção de perfil;
- Análise de dados e construção das listas;
- Mobilização dos beneficiários;

- Entrega das cestas aos beneficiários e
- Organização dos processos.

Ao todo foram entregues **7.509** cestas básicas e 26.000 máscaras do Governo do Estado e 97.650 máscaras doadas pelo Município nas ações de entrega de cestas básicas.

Plantão de esclarecimento aos beneficiários do auxílio emergencial na praça Coluna da Hora com o objetivo de ajudar as famílias beneficiárias do auxílio, a ação ocorreu em parceria com a Caixa Econômica.

No âmbito da **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS** foram mantidos os seguintes serviços, programas e projetos de forma remota e a partir do dia 24 de abril de 2020, as equipes foram organizadas com escalas de revezamento nos turnos manhã e tarde e/ou alternância de dias com escalas fixas em suas unidades. Alguns servidores foram mantidos em regime de trabalho remoto por se enquadrarem no grupo de risco. As ações de planejamento, formação e monitoramento se deram de forma virtual. A partir das demandas, a citar: entrega de cestas básicas, 2.202 vales gás entregues em 3 lotes, máscaras de tecido, 1.158 kits de higiene e proteção contemplando famílias dos programas da primeira infância no SUAS (Criança Feliz, Mais Infância Ceará e Crescer Bem), visitas domiciliares da Defensoria Pública, e outras julgadas necessárias na garantia dos direitos socioassistenciais as equipes eram ampliadas, inclusive contando com profissionais de outras coordenadorias.

Serviços ofertados pelos CRAS:

-Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): atendimento particularizado e coletivo familiar em regime remoto (facebook, grupos de whatsapp e vídeo conferência através do Meet) nos meses de março e abril. A partir de abril foi estruturado o atendimento particularizado pelo equipe do PAIF nas unidades de CRAS em horário reduzido, além de ser mantido o atendimento remoto. Manutenção de atendimento descentralizado do Cadastro único para atualização cadastral.

Além de encaminhamentos diversos para a rede socioassistencial e para as políticas públicas setoriais. Foram mantidos a concessão de benefício eventual (auxílio natalidade, auxílio funeral) e a entrega de PAA alimentos priorizando as famílias em situação de extrema insegurança alimentar. As visitas domiciliares foram realizadas em situações extremamente necessárias para emissão de relatório e pareceres técnicos devido situações de desligamento do CMIC e de relatório de identificação de público prioritário do SCFV.

-Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): com o atendimento coletivo suspenso desde março, inicialmente foi feito um mapeamento dos usuários/famílias que dispunham de meios remoto para manutenção de vínculos e continuidade do serviço, inicialmente como projeto piloto no CRAS Mimi Marinho. Em seguida, aprimorado e expandido para os demais CRAS. A partir daí, os orientadores sociais passaram a realizar o serviço através de chamadas de whatsapp e via meet. Em virtude de termos usuários do SCFV, principalmente os idosos sem o dispositivo de telefonia móvel e acesso a computador, foram entregues material informativo/educativo em domicílio.

Foram realizadas também programações de caráter não continuado na modalidade de culminância/mês, a citar: X Semana do Bebê que abordou o tema: “O impacto da Covid 19 para a Saúde do Bebê” com uma live abordando - “A dimensão socioafetiva entre criança e família em situação de isolamento social”. em junho, I Arraiá Virtuá e Abertura da Colônia de Férias dos CRAS (“Tempo de Brincar e se proteger em casa”), Dia das Crianças (Delivery do Brincar com distribuição de brindes), Dia do Idoso com o Delivery da Saudade e entrega de brindes, participação na VIII Semana do Adolescente, com o tema Dialogando Políticas Públicas para Adolescentes e Confraternização de final de ano. Além do reforço nos cuidados de prevenção, como o uso de máscaras e de isolamento social. Vale ressaltar que também foram trabalhadas temáticas como o Outubro Rosa e o Novembro Azul.

Programas Primeira Infância no SUAS-Criança Feliz:

Nos dois primeiros meses (janeiro e fevereiro/2020), foram realizadas 4.107 visitas presenciais às famílias do Programa. Com o início da pandemia causada pelo novo corona virus, as famílias beneficiárias passaram a ser atendidas mediante canal remoto, “visitação domiciliar virtual”, com adequação do Método de Desenvolvimento da Criança (CDC).D desse modo, do mês de março a novembro/2020, foram realizados 11.824 eventos remotos. Totalizando dessa forma 15.931 atendimentos aos beneficiários do Programa Criança Feliz. Informamos também a realização de busca ativa junto a 16 famílias que participam da pesquisa de avaliação de impacto que não dispõe de telefone móvel e nem acesso às redes sociais. Foi feita uma adequação do tempo de tela virtual para orientação das famílias, além de retorno das mesmas com as atividades sugeridas pelas visitadoras domiciliares, seguindo as orientações das supervisoras e repassando os Cards e vídeos enviados pelo Ministério da Cidadania com temáticas diversas sobre as atenções no período de crise e emergências.

CRAS	Público			
	Meta	QTD de beneficiários no sistema	QTD de beneficiários em atendimento remoto	Nº Visitadores
REGINA JUSTA	210	195	195	07
IRMÃ OSWALDA	120	101	101	04
JAIBARAS	90	80	80	03
DOM JOSÉ	150	132	132	05

MIMI MARINHO	120	110	110	04
ARACATIAÇU	60	58	58	02
TOTAL	750	676	676	25

MÊS	TEMÁTICA
JAN	Desenvolvimento infantil - 0 a 3 meses. (presencial)
FEV	Oficina de orientação para a sessão de estímulo em domicílio. (presencial)
MAR	DECRETO MUNICIPAL nº 2.371 de 16 de março de 2020. (não houve formação)
ABR	O fazer profissional em tempos de pandemia.
MAI	Orientações para a estimulação do público BPC.
JUN	Ansiedade e estresse em tempos de pandemia e a importância da estimulação do desenvolvimento infantil.
JUL	Resiliência: dialogando sobre as retomadas dos serviços.
AGO	Qualificando o acompanhamento remoto as famílias do PCF.
SET	Gestação em tempos de pandemia: orientações para as gestantes.
OUT	e-PCF: instrumentalidade para sistematização - Atribuição do visitador. (presencial)
NOV	Cidadania e Garantia de Direitos. (presencial)

TEMÁTICAS ABORDADAS NA FORMAÇÃO DA EQUIPE DE VISITADORES DOMICILIARES

(*) Nos meses de janeiro e fevereiro/2020, as formações aconteceram de modo presencial. Em março, não houve formação. aconteceram somente orientações. Nos meses de abril a setembro, de forma remota. Nos meses de outubro e novembro, retomamos a modalidade presencial.

Além dos temas acima trabalhados, a equipe participou dos cursos: Curso Básico do Programa Criança Feliz e Curso: A Promoção do Desenvolvimento Infantil e o Programa Criança Feliz promovidos pelo Ministério da Cidadania. As orientações para a atuação das visitadoras domiciliares ocorreram de forma remota semanalmente, bem como avaliação da atividade e planejamentos, totalizando: 122 encontros virtuais entre a equipe do Programa.

IMPACTOS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO

- Evolução das crianças de 0 a 6 anos nas dimensões: linguagem, motricidade, cognitiva e socioafetiva através do acompanhamento sistemático em domicílio.
- Envolvimento da família no processo de desenvolvimento da criança através do fortalecimento de vínculos afetivos;
- Ruptura da cultura do não estímulo ao desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos;
- Potencialização do cuidado da família (exercício da parentalidade) a partir de olhar e atitudes responsáveis para as crianças na primeira infância;
- Fortalecimento da Intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde, educação e assistência social no município voltada para a primeira infância;
- Melhor alcance da política de assistência social com o trabalho social de visitação domiciliar;
- Melhor acesso das famílias aos serviços públicos municipais por meio de encaminhamentos institucionais.

-Crescer Bem: Esse programa foi lançado em novembro/2019 e iniciou os encontros com as famílias em dezembro do citado ano. No início eram 256 famílias. Em meados de abril e maio, tivemos a liberação do Bolsa Família e outras mudaram de município. Atualmente, temos 57 famílias sendo acompanhadas, sendo 49 com acesso a canal remoto e as demais é feito o acompanhamento presencial. Com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de habilidades parentais, além de encorajar as mães a falar com suas crianças e ouvi-las constantemente, contribuindo com a redução da utilização de métodos punitivos de educação, da disciplina e da violência doméstica, tínhamos encontros presenciais Cuidador/Cuidador - Criança, facilitador por uma equipe de profissionais de nível superior.

No período da pandemia, este programa também teve que se “reinventar”. A metodologia passou a ser aplicada de forma remota e a medida que houve a manutenção do isolamento social e a não liberação para as atividades coletivas, priorizou temáticas relacionadas aos efeitos da pandemia. A partir do mês junho, retomou as Sessões Temáticas/Encontros Afetivos Virtual. A ideia era aguardar o retorno e realizar as atividades de forma presencial. De Janeiro a primeira quinzena de março/2020, os encontros foram presenciais. Temáticas trabalhadas: Janeiro (Eu comigo mesmo e eu com quem cuida de mim!), fevereiro (Conhecendo o CADÚNICO seu programa e a importância para o Programa Crescer Bem), março (Empoderamento feminino e estresses e sobrecarga- SESSÃO 01 PAM), abril (Início de acompanhamento virtual e como se proteger do corona vírus), maio (Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes), junho (A

importância da parentalidade- SESSÃO 02), julho (Conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA), agosto (Planejamento com as facilitadoras, considerando a manutenção do isolamento social). Neste mês, foram mantidos os contatos via telefones para orientações diversas. Nos meses de setembro e outubro, foram trabalhados a Sessão 03 (Tema de setembro: Desenvolvimento Físico e cognitivo em crianças, em etapas. Momento 01: A importância do desenvolvimento do cérebro e momento 02: Desenvolvimento Físico: Altura e peso, desenvolvimento motor grosso (ou amplo) e fino) (Tema de outubro - Momento 03: Desenvolvimento Cognitivo e 04: O papel da família no desenvolvimento cognitivo), novembro, iniciou a Sessão 04, abordando as temáticas: O Desenvolvimento Socioemocional em Crianças e Expressando as emoções de maneira adequada).

CRAS	TOTAL DE FAMÍLIAS EM ACOMP.	FAMÍLIAS COM ACESSO A INTERNET	ACOMPANHAMENTO DOMICILIAR	PARTICIPAM DO GRUPO VIRTUAL
Aracatiaçu	02	02	00	05* (três que já recebem Bolsa Família)
Dom José	06	06	00	06
Jaibaras	06	06	00	06
Irmã Osvalda	09	02	02	06
Mimi Marinho	16	14	02	18* (duas já recebem Bolsa Família)
Regina Justa	19	19	00	19
TOTAL	57	49	04	60

-Mais Infância Ceará: As famílias beneficiárias em acompanhamento pela equipe PAIF receberam orientações acerca do auxílio emergencial, foram incluídas para a concessão de cestas básicas/kit

CRAS, acesso ao Kit de Higiene e Proteção e vale gás, estes dois últimos mediante parceria com o Governo do Estado.

Programa Acessuas Trabalho: Nos meses de janeiro a primeira quinzena de 2020, realizamos planejamento das atividades e articulação na Rede para a realização das oficinas. Com a suspensão das atividades coletivas o cronograma não foi efetivado. A técnica responsável pelo citado programa foi remanejada para dar suporte a outros serviços da rede socioassistenciais. Portarias do Ministério da Cidadania nº 337, de 24/03/2020 e da Secretaria Nacional da Assistência Social nº 54, de 01/04/2020, que tratam das atividades que impliquem a aglomeração de pessoas deverão ser suspensas ou adiadas, para prevenir a propagação do COVID-19. A gestão municipal optou pela suspensão das atividades coletivas.

Vale ressaltar que uma das medidas adotadas neste período foi a concessão de máscaras de tecido, tanto pelo município como pelo Governo do Estado (21.000 kits). As entregas foram associadas ao ato da concessão dos já citados benefícios e intensificado também entrega em domicílio, priorizando os bairros e localidades com maior incidência de contaminação de acordo com o Boletim Epidemiológico Municipal.

O monitoramento das ações das unidades de CRAS se deu de forma virtual com os coordenadores que eram orientados na implementação de ações específicas nos cuidados com a Covid 19 e minimização dos efeitos da mesma pela Gerência de Proteção Social Básica. Acrescentamos ainda que também tivemos reunião da área de assessoramento da Proteção Social da Secretaria Estadual de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.

Outra medida tomada foi a manutenção das Formações Virtuais dos Orientadores e Educadores Sociais, do SCFV e OcupaCRAS, respectivamente seguindo o Projeto de Formação 2020, bem como a integração de ambos.

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2021

Para o ano de 2021, foram planejadas as seguintes iniciativas:

GESTÃO DO SUAS

- Implementar a Célula de Gestão do Trabalho do SUAS.
- Garantir a execução da Política de Educação Permanente para os trabalhadores do SUAS com vista a qualificação dos serviços socioassistenciais.
- Garantir 100% da equipe mínima de nível superior (NOB/RH), através da convocação dos concursados.
- Reaparelhar as unidades com equipamentos permanentes (móvel, recursos tecnológicos, tipo: celular institucional e tablets para repasse de informações e acompanhamento das famílias).
- Criação de um Canal Integrado de Proteção Social das Famílias e Indivíduos, articulando ações do Sistema de Direitos - SGD e as políticas setoriais (saúde, educação, cultura, entre outras).

- Ampliar o SIGE - Sistema de Gestão como ferramenta de monitoramento das políticas públicas implementadas pela Secretaria.
- Espaço adequado para a gestão da Política de Assistência Social, garantindo a privacidade no atendimento ao público.
- Construção de 3 Centros Dias.
- Manutenções prediais das unidades Socioassistenciais.
- Aquisição de um transporte exclusivo para a Coordenadoria da Assistência Social.
- Garantir Gratificação por Trabalho Técnico Relevante - GTTR para os coordenadores de equipamentos da Rede de Proteção Social.

CADASTRO ÚNICO/BENEFÍCIOS SOCIAIS

- Unidade móvel com acesso a internet para descentralização do serviço do Cadastro Único aos distritos.
- Descentralizar o serviço do benefício de carteira interestadual para idoso e pessoa com deficiência nos CRAS.
- Regulamentação dos benefícios Passe Livre Municipal para Idoso e Pessoa com deficiência através de Lei.
- Aquisição de Tablet com acesso a internet para consulta dos entrevistadores durante a visita ao sistema V7 da Caixa Econômica.
- Formação continuada a todos os funcionários do Cadastro Único.
- Manutenção da sede do Cadastro Único, referência central e com capacidade física e aporte de profissionais.
- Aquisição de motos (4) para transporte descentralizado de entrevistadores para visitas prioritárias e de difícil acesso da VAN.
- Arquivo adequado ampliado para os formulários dos 5 anos vigentes.
- Reestruturação da sala do serviço social, do atendimento e do entrevistador ao público buscando preconizar a privacidade com proposta de individualizar por guichê.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Garantir a equipe mínima dos CRAS para manutenção dos serviços, programas e projetos e oferta dos benefícios eventuais.
- Retomada presencial gradativa dos Serviços PAIF e SCFV em conformidade com o Decreto Municipal.
- Ampliar a **cobertura territorial dos CRAS**, especificamente, no Residencial Caiçara com atendimento sistemático, tendo um dos Centros de Convivência a referência física para o atendimento particularizado e coletivo para as famílias.
- Incluir no acompanhamento do Serviço PAIF as famílias com crianças e adolescentes sinalizadas na Plataforma **Busca Ativa Escolar** em parceria com a Secretaria de Educação.

- Pactuar ações integradas junto a Secretaria de Cultura, Esporte, Juventude e Lazer em detrimento aos novos equipamentos públicos dos territórios, a citar: as Areninhas, as Estações de Games, entre outros.
- Fortalecer a **Gestão Territorial dos CRAS** tendo como referência as vulnerabilidades sociais identificadas na cartografia social e os agravamentos do período de pandemia das famílias mais afetadas.
- Fortalecer as ações da Primeira Infância com a ampliação e integração dos programas Crescer Bem/ Cartão Sobral, Mais Infância Ceará e Programa Criança Feliz).
- Ampliação das famílias beneficiárias do **Programa Crescer Bem** prioritariamente aquelas com crianças até 6 anos, através de Busca Ativa para efetivar o atesto de vulnerabilidade social em conformidade com os critérios estabelecidos pelo programa. (Atualmente, são 341 famílias com perfil para visita técnica).
- Expandir o perfil do público do Programa Municipal de Transferência de Renda para além da primeira infância.
- Continuidade da **Pesquisa de Impacto do Programa Crescer Bem** junto às famílias que permanecem no programa (II etapa).
- Firmar o convênio com instituição com expertise na Primeira Infância como estratégia de garantir a formação permanente dos profissionais que atuam nos Programas da Primeira Infância no SUAS (Criança Feliz, Crescer Bem e Mais Infância Ceará).
- Unificação das instâncias de controle social dos Programas da Primeira Infância: Comitê Intersetorial do Programa Criança Feliz e da Comissão de Acompanhamento do Crescer Bem, bem como a inclusão de novos integrantes.
- Implantar um **Fórum Permanente sobre a Primeira Infância** para avaliar e monitorar as ações de forma conjunta com as diferentes políticas públicas.
- Execução das ações detalhadas no Plano Municipal da Primeira Infância - **PMPI 2015 a 2024**.
- Revisitar o Plano Municipal pela Infância e Adolescência - **PMIA 2014 a 2023** no que tange às ações da proteção social básica e incluir no Plano de Ação.
- Acompanhar efetivamente as famílias dos adolescentes inseridos no Programa Jovem Guarda.
- **Formação Continuada** dos profissionais que atuam nos serviços e programas/projetos do CRAS, através da consolidação de uma proposta de Educação Permanente alinhada com as políticas públicas operacionalizadas no âmbito da Secretaria, através da constituição de um Núcleo de Educação Permanente da Coordenadoria da Assistência Social.
- Continuidade do **Programa Acessuas Trabalho**, para o cumprimento da meta de 200 adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa que não foi operacionalizada no ano de 2020. Portanto, o recurso destinado para a execução da citada meta deverá ser reprogramado.
- Execução das ações do **Programa Trabalhar pela Vida/Unicef** - aderido na gestão 2017/2020 pela articulação do Setor Unicef - no que compete a Política de Assistência Social, referentes aos 19 desafios previstos.
- **Descentralização do SISCON** - Sistema de Condicionais para as unidades de CRAS com vista ao monitoramento dos descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.
- Implantação da **Rede de Proteção à Primeira Infância** nos territórios de CRAS (Radar Integrado Territorial - RIT), o Observatório Social com foco na primeira infância com vista à prevenção das violências desde os primeiros anos de vida,

com produção de ações de autocuidado, fortalecimento dos vínculos e utilização de recursos lúdicos, educativos, audiovisuais e gráficos.

- Garantir equipe exclusiva para o **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas**, mantendo articulação com os Centros Dia.
- Adquirir **Unidade Móvel dos CRAS** para a oferta dos serviços descentralizados nos territórios de abrangência dos CRAS.
- Garantir o acesso ao benefício eventual de suporte alimentar (cestas básicas) para as famílias mais afetadas pelos efeitos da pandemia junto às famílias em acompanhamento pelos CRAS.
- Garantir 01 (um) transporte próprio por unidade de CRAS e 02 (dois) exclusivos para a execução do Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz.
- Ampliar a estrutura física do CRAS Irmã Oswalda (02 salas de atendimento coletivo, 01 refeitório e área de convivência e lazer).
- Expandir a criação de brinquedotecas e bibliotecas infantis em equipamentos públicos da assistência social.
- Investir em tecnologias lúdicas para o desenvolvimento da criança e de suas família, voltado para a inclusão digital, fortalecimento de vínculos e prevenção das violências.
- Fortalecimento do **Projeto OCUPACRAS**, expandindo suas atividades para a inclusão de ações voltados para crianças com deficiência, ofertando um ambiente acolhitivo, de lazer e atividades atrativas para as mesmas, dentro da proteção básica, na sede e distritos.
- Melhoria e adequação dos espaços públicos com acessibilidade para inclusão de adolescentes com deficiência, bem como serviços e projetos voltados para este público.
- Fortalecimento da articulação intersetorial/ parcerias e ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional, educação financeira e empreendedorismo tendo como público prioritário, adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social dos territórios de abrangência dos CRAS.
- Ampliar os recursos humanos da Gerência de Proteção Social Básica com vista a manutenção da Tutoria dos equipamentos.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Ampliação da equipe de nível superior- PAEFI, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto-MSE e Abordagem Social na garantia de atendimento na sede e distritos
- Aquisição de um transporte para a equipe do CREAS.
- Construção e manutenção de uma Casa de Passagem para as pessoas em situação de rua.
- Disponibilização de passagens para que pessoas em situação de rua retornem a seus municípios de origem.
- Parceria com a Secretaria de Segurança Pública para disponibilização de Equipe fixa da guarda municipal recomendado pelos órgãos reguladores de monitoramento e fiscalização.
- Aumento das vagas no Acolhimento Institucional Adulto para pessoas em situação de rua.

- Aquisição de Transporte Exclusivo para a unidade de Acolhimento Institucional para a População de Rua.
- Requalificação da estrutura física para a garantia do Termo de Aceite para 25 pessoas com estrutura de mobília, banheiros e outros.
- Diversificação dos itens alimentícios com o incremento do cardápio dos acolhidos. das instituições de acolhimento.
- Linha telefonica exclusivo para Unidade de Acolhimento Institucional para a População de Rua.
- Mudança para uma estrutura física mais adequada ao serviço de acolhimento de crianças e adolescentes com sede própria.
- Adesão ao Programa “Família Acolhedora” de proteção à criança, evitando acolhimento institucional.
- Efetivação e aprimoramento do Programa de Apadrinhamento para Crianças em Acolhimento Institucional.
- Atuar em conjunto no processo de implementação do CAAC para o atendimento da escuta especializada de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência.
- Criar o espaço de uma mini brinquedoteca e biblioteca para realizar atividades de recreação e de incentivo da leitura nas unidades de acolhimento institucional.
- Reparelhamento dos equipamentos públicos com equipamentos permanentes de informática com acesso de internet para a garantia de acesso à informação nas unidades de acolhimento institucional.
- Articular ações que visem a qualificação profissional, estágio e inserção destinado a adolescentes em conflito com a lei visando sua ressocialização em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico.

Durante a pandemia, a UGP-PV suspendeu grande parte das atividades para apoiar os serviços emergenciais. Abaixo estão os principais dados do período:

Pessoas em situação de rua:

- Criação e condução da estratégia de acolhimento das pessoas em situação de rua. Ao total, foram acolhidas 66 pessoas, em 5 meses de ação emergencial. Foram realizadas 1.349 abordagens de rua e 16 encontros com o Núcleo Gestor para monitorar a estratégia. Apenas 4 usuários foram infectados com o Covid-19.

Distribuição de Cestas Básicas:

- Foram entregues 7486 cestas básicas e kits alimentares em 5 meses de ação emergencial. Foram mais de 100 funcionários envolvidos e mais de 4 mil diferentes pessoas diretamente beneficiadas, na sede e nos distritos do município.

Acolhimento de crianças e adolescentes:

- No total, foram 17 crianças e adolescentes diretamente impactados nos 5 meses de ação emergencial. Foram realizadas 31 atividades recreativas com eles e elas e mais de 5 encontros de estratégia de gestão. Foram criados 7 protocolos e fluxos de aprimoramento dos processos internos.

Comunicação:

- Foram criadas e postadas 438 materiais específicos sobre prevenção ao Covid-19 e a violência. Foram realizadas 8 Live Dázea, estratégia de protagonismo da juventude em situação de vulnerabilidade mesmo durante o distanciamento social rígido. Foram realizadas 6 análises aprofundadas correlacionando a pandemia com a violência e a desigualdade de classe, gênero e raça.

Acompanhamento da Juventude em Situação de Vulnerabilidade Grave e Gravíssima:

- 69 adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade grave e gravíssima acompanhados durante o isolamento rígido, através de planos de cuidado integral e de encaminhamento para a rede de proteção social. Foram realizadas 160 abordagens a esses adolescentes e jovens.
- 6 grupos comunitários continuaram sendo acompanhados, através de ferramentas online.

4.5. PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2021

Para o ano de 2021, foram estabelecidas as seguintes iniciativas:

4.5.1. Coordenadoria de Direitos Humanos

INDICADORES	META
Semanas e Campanhas Educativas, Preventivas e Informativas:	Realização de 04 semanas.
Ações Socioeducativas e desporto:	Realização de 04 ações.
Profissionalização e Capacitação:	Realização de 04 ações.
Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis (Ações afirmativas):	Realização de 04 ações.
Realização de estudos, pesquisas e publicações em Direitos Humanos:	Realização de 04 publicações.
Ações de cultura de paz:	Realização de 12 encontros.
Café com Direitos Humanos:	Realização de 12 atividades.
Fóruns Permanentes:	Realização de 40 encontros dos fóruns permanentes.

Seminários/Plenárias/Mesas redondas:	02 Eventos de grande porte
Reuniões Técnicas:	Realização de 12 reuniões
Garantia da proteção à pessoa ameaçada / Enfretamento ao trabalho escravo:	- Acompanhar e encaminhar pessoas ameaçadas e/ou em situação de trabalho escravo;
	- Lançamento de campanha educativa e informativa sobre o tema;
	- Monitorar os dados referentes ao trabalho escravo e a pessoas ameaçadas.
	Formações dos servidores públicos municipais acerca do fluxo de monitoramento, acompanhamento e encaminhamento dos casos de pessoas ameaçadas em Sobral.
Projeto Interinstitucional de Extensão Universitária em Direitos Humanos:	Início das atividades territoriais de Educação em Direitos Humanos em parceria com as Instituições de Ensino Superior.
Ampliação da participação democrática e do controle social:	Articulação e acompanhamento do conselho municipal dos Direitos Humanos.

4.5.2. Coordenadoria de Habitação

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO	FONTE	FAMILIAS ATENDIDAS	METAS
ENCERRAMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - ORGULHO TROPICAL 1	R\$ 189.415,54	FAR	1252	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SALDO REMASCENTE DO CONVÊNIO.
ENCERRAMENTO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - ORGULHO TROPICAL 2	R\$ 335.069,25	FAR	832	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SALDO REMASCENTE DO CONVÊNIO.
AÇÕES DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - ORGULHO TROPICAL 3	R\$1.232.800,00	FAR	1280	READEQUAÇÃO DO PROJETO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS PTS PARA 2021
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL	R\$594.000,00	MUNICIPAL	110	REDUÇÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO ALUGUEL SOCIAL, BUSCANDO SOLUÇÕES HABITACIONAIS PERMANENTES.
RECONSTRUÇÃO DE 42 UNIDADES HABITACIONAIS NO BAIRRO DR JOSE EUCLIDES (FALTAM 28 UN A SEREM RECONSTRUIDAS)	RR\$ 775.809,20	MUNICIPAL / FEDERAL	28	EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO D60 CONTRATO DE REPASSE ;

RECONSTRUÇÃO DE 35 UNIDADES HABITACIONAIS	R\$ 739.604,35	MUNICIPAL / FUNDO DE HABITAÇÃO	35	EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO DO PROJETO
CONTINUIDADE DO TERMO DE FOMENTO COM A INSTITUIÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO HUMANA PADRE IBIA-PINA (CEPROHPI) PARA CONSTRUÇÃO DE 29 UNIDADES HABITACIONAIS NO BAIRRO SUMARÉ (RESTAM 15 A SEREM CONSTRUÍDAS)	R\$ 304.472,02;	FMHIS	15	EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO DO TERMO DE FOMENTO
ENTREGA DE 58 UNIDADES HABITACIONAIS DO PROJETO DE REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS SINHÁ SABÓIA (JATOBÁ RESIDENCE)	R\$ 305.800,92; (SALDO DA OBRA)	MUNICIPAL	58	REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DO PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL E ENTREGA DAS UNIDADES HABITACIONAIS
ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE DOAÇÃO DE LOTES URBANIZADOS (FUNDOS DE TERRA)	DESPESA CORRENTE/ QUADRO TÉCNICO	MUNICIPAL	50	50 LOTES
FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A EQUIPE TÉCNICA	DESPESA CORRENTE	MUNICIPAL	10	REALIZAÇÃO DE 4 FORMAÇÕES CONTINUADAS
ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETONICOS E COMPLEMENTARES PARA FAMÍLIAS COM ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	4.050,00 (ART DE PROJETOS)	MUNICIPAL	50	50 PROJETOS
ATUALIZAÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL (DOMÍLIOS RUSTICOS/TAIPA) DA SEDE	29.340,00 (CONTRATAÇÃO DO GEOGRAFO)	MUNICIPAL	*	REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DAS CASAS DE TAIPA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SOBRAL

4.5.3. C
o
r
d
e
n
a
d
o
r
i
a
d
e
A
s
s
i
s
t
ê
n
c
i
a
S
o
c
i
a
l

Coordenadoria	Objetivos	Iniciativas
Serviços / Programas e	Gestão da assistência social.	Garantir a adequada instalações de atendimento do CA-

Projetos.		DÚNICO; • Participar de forma sistemática das capacitações oferecidas pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulher e Direitos Humanos (SPS); • Participação em reuniões do COEGEMAS; • Proporcionar termos de Fomento/Convênio: financiamento dos Projetos das Organizações da Sociedade Civil; • Garantir o pleno funcionamento adequado da Casa dos Conselhos e canais de participação, controle e mobilização social; • Manter de forma adequada a estrutura do Conselho Tutelar; • Proporcionar a plena manutenção das Unidades da Assistência Social; • Requalificar a Vigilância Socioassistencial (Atualização, monitoramento e avaliação dos dados); • Realizar o acompanhamento e monitoramento Nutricional através do Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional; • Execução dos Programas Criança Feliz, Programa Mais
		Infância e ACESSUAS Trabalho no município; • Formação continuada dos profissionais da assistência social; • Acompanhar, através da tutoria, de forma técnico sistemático as unidades PSB e PSE; • Acompanhar as famílias do Programa BPC na Escola encaminhadas pelo Secretaria Especial do Desenvolvimento Social; • Realizar reuniões periódicas da comissão de acompanhamento intersetorial do Programa BPC Escola; • Execução do Projeto #OcupaCRAS;

		• Implementação do Programa Crescer Bem em Sobral
Casa do Cidadão.	Cadastro Único.	• Priorizar atualização cadastral das famílias com mais de 24 meses sem atualizar as informações cadastrais; • Realizar cadastramento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social; • Incluir famílias no CadÚnico com per capita até R\$ 179,00; • Priorizar cadastramento, atualização dos beneficiários do BPC idoso e BPC pessoa com deficiência; • Priorizar demandas da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (averiguação /revisão cadastral); • Lançar de 100% dos recursos das famílias em descumprimento de condicionalidades; • Realizar 15 Casa do Cidadão Itinerante. • Realizar atualização de 50% das famílias cadastradas no Cadastro Único. • Emitir de declaração com o Número de NIS para as famílias aderirem a Programas Sociais (Aposentadoria para donos/donas de casa, CNH Popular, Crédito Fundiário, Isenção de Concursos Públicos, Isenção de segunda Via de RG, Programas de cisternas, Tarifa social de água e energia elétrica, Universidade- PROUNI, PIBID, PBPU). • Emitir folha resumo para programas sociais (INSS, PROUNI, UVA).

		Realizar 100% do atendimento social das demandas específicas da Casa do Cidadão (Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício Eventual, Carteiras do Idosa e Pessoa com deficiência).
	Benefícios eventuais.	- Conceder em média 1.500 carteiras, atendendo os critérios estabelecidos na lei municipal e federal. - Ofertar em média de 400 benefícios eventuais/ano (auxílio natalidade e funeral), às famílias inscritas no Cadastro Único atendendo o Decreto de Benefício Eventual.
Casa do Cidadão	Cartão Mais Infância Ceará	- Monitorar as 503 famílias beneficiárias com o programa estadual de transferência de Renda. - Manter atualizado o cadastro único das 503 famílias. Alimentar mensalmente o sistema CMIC de monitoramento

		do Programa.
Casa do Cidadão	Cartão Crescer Bem Sobral	• Manter atualizado o Cadastro Único das 57 famílias beneficiadas pelo programa de transferência de renda municipal. • Acompanhar as 57 famílias beneficiárias nos sistema de Governo federal (SIBEC e V7) • Monitorar a inserção de novas famílias no programa de Transferência de renda Municipal.
Proteção Social Básica.	CRAS/SCFV.	• 1.590 participantes em grupos(0-6, 7-15, 15-17, 18-59 e Idosos), sendo 50% público prioritário (795); de acordo com a Resolução nº 18, 15/07/17, art º 2. item f; • Garantir a redução das vulnerabilidades sociais nos territórios prevenindo riscos sociais, seu agravamento ou reincidência. • Formação Continuada dos Profissionais que atuam nos coletivos. • Inserir os beneficiários do Cartão Mais Infância nos serviços socioassistenciais dos CRAS.

	CRAS/PAIF.	● 3.000 /Ano ● Prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS com a inserção das famílias em grupo de PAIF, do acompanhamento familiar e da realização de atividades coletivas. ● Reduzir a ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS. ● Ampliar o acesso a benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, bem como aos demais direitos sociais, civis e políticos. ● Realizar a territorialização/cartografia social das áreas de abrangência dos 6 (seis) CRAS. ● Ampliar a equipe de referência do CRAS Regina Justa para atuar no Caiçara. ● Construção da sede própria do CRAS Jaibaras (2019/2020). ● Formação Continuada dos Profissionais de nível superior e médio que atuam nas unidades. ● Inserir as famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância no acompanhamento de PAIF. ● Acompanhar os beneficiários do Programa Superação da Extrema Pobreza Infantil no Sistema do CMIC - Cartão Mais Infância CRAS/#OcupaCRAS ● PROJETO #OcupaCRAS (Meta: 720/mês) ● Acompanhar adolescentes e jovens, com vista a contribuir com a redução das vulnerabilidades sociais nos
--	------------	---

		territórios prevenindo riscos sociais, seu agravamento ou reincidência. ● Formação Continuada dos Profissionais que atuam nos grupos. ● Realizar ações de caráter socioeducativo de apoio aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.
	Programa CRESCER BEM	● Realizar a Formação Continuada dos profissionais que atuam no Projeto de Acompanhamento das Famílias Beneficiárias. ● Executar as ações de acompanhamento das famílias através dos Encontros Afetivos junto as famílias beneficiárias nos territórios de abrangência dos CRAS ● Monitorar as ações do Programa e do Projeto de Acompanhamento no âmbito da gestão. ● Fortalecer as ações da Comissão de Acompanhamento junto ao Programa.
	Programa Primeira Infância do SUAS/CRIANÇA FELIZ.	● Realizar visitas domiciliares sistemáticas para o acompanhamento do desenvolvimento infantil. ● Desenvolver habilidades socioafetivas, cognitivas, motoras e linguagem de crianças de 0 a 6 anos, bem como fortalecer vínculos parentais possibilitando acesso das famílias às políticas públicas. ● Realizar atividades de Caráter Coletivo complementar às Ações do Programa; ● Realizar evento “Dia do Cuidado” com todos os beneficiários e cuidadores acompanhados pelo Programa. ● Realizar formação inicial dos novos visitantes domiciliares na metodologia CDC - Cuidados para o Desenvolvimento da Criança, quando necessário; ● Realizar de forma sistemática a formação continuada para toda a equipe; ● Ampliar participação de profissionais que atuam nos programas e projetos na Primeira Infância em todas as formações do PCF.

	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	• Executar saldo de reprogramação em conformidade com o plano de ação.
Proteção Social Especial: Média Complexidade.	CREAS/ PAEFI.	• 350/Ano • Atender 100% das incidências de violações de direitos de modo a contribuir para o fortalecimento das relações familiares, minimizando o processo de violação de direitos; • Formação Continuada para profissionais; • Formar grupos de PAEFI com perfil de violações de direitos; • Intensificar o atendimento às mulheres vítimas de violência em parceria com o Centro de Referência da Mulher; • Realizar as Campanhas temáticas de combate a violência • Garantir o acesso a serviços socioassistenciais às famílias acompanhadas; • Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias com vistas a superar as situações de violações de direitos;

		• Participação na articulação para a criação de um Centro de Apoio e Atendimento para crianças e adolescentes vítima de violência como recomenda a Lei da Escuta 13.431, de 04 de Abril de 2017
--	--	---

	CREAS/MSE.	• 100/Ano • Atender 100% da demanda judicial de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, em consonância com o SINASE(Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e egresso de forma articulada a partir da valorização de suas potencialidades e habilidades, visando minimizar a reincidência do ato infracional; • contribuir com o processo de acompssaAtender 100% das famílias dos adolescentes que se encontram em Sistema Socioeducativo com privação de liberdade; • Formação continuada para os profissionais; • Realização de reuniões intersetoriais de avaliação e monitoramento dos adolescentes com o MP. • Realização de Seminário Municipal sobre Medida Socieducativa em Meio Aberto.
	CREAS/AEPETI.	• Efetivar em média, 100 ações/ano para prevenção das situações de trabalho infantil • Realizar reuniões intersetoriais periódicas; • Realizar Campanhas informativas sobre o tema; • Formação Continuada para os orientadores sociais e AEPETI. • Realização de Seminário Municipal sobre Combate e Erradicação ao Trabalho Infantil.

	CREAS/abordagem.	• Em média, 3500/ano • Realizar 100% de abordagens sociais aos indivíduos localizados em espaços públicos, no intuito de reduzir 50% dos casos e promover estratégias de superação das vulnerabilidades sociais, através de encaminhamentos e articulação da rede; • Realizar o mapeamento da situação de rua de crianças e adolescentes; • Elaboração de 01 diagnósticos municipal das Crianças e Adolescentes em situação de rua a fim de intensificar a aproximação para conhecer a realidade desse público, suas famílias e territórios; • Formação Continuada para profissionais; • Execução de reuniões periódicas com Abordagem Social do Centro POP; • Realização de abordagens sociais multiprofissionais com pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social.
	Centro POP/abordagem.	• Realizar 100% de abordagens sociais aos indivíduos em situação de rua localizados em espaços públicos, no intuito de reduzir 40% dos casos e promover estratégias de superação das vulnerabilidades sociais, através de
		encaminhamentos e articulação da rede; • Execução de reuniões periódicas com Abordagem Social do CREAS; • Elaboração de 01 diagnóstico municipal da população em situação de rua

	Centro Especializado. POP/Serviço	• Atender 80% das pessoas em situação de rua (residentes e migrantes), a fim de reduzir a quantidade de pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência através de articulação com os familiares propiciando seus retornos. • Contribuir através do acompanhamento, proteção e cuidados individuais e familiares voltados ao desenvolvimento de autonomies • Promover a qualidade de vida e reduzir riscos sociais da população adulta em situação de rua; • Qualificar e ampliar a rede intersetorial para o atendimento a população em situação de rua; • Implantar na unidade 01 grupo de PAEFI de modo a propiciar a restauração dos vínculos familiares e usuários.
Proteção Social Especial: Média Complexidade.	Abrigo Domiciliar.	• Minimizar a permanência dos acolhidos nas unidades, através de reaproximação com a família de origem ou extensa, em última instância à família substituta; Formação Continuada para os profissionais; • Reformar e ampliar a unidade de acolhimento a fim de expandir a capacidade de atendimento; • Intensificar as reuniões intersetoriais para alinhamento e buscas de estratégias para o retorno familiar • Impulsionar as reuniões periódicas com os familiares a fim de trabalhar temas transversais • Articular através do Ministério Público a implementação do Projeto Família Acolhedora.

	Acolhimento POP.	● Atender a capacidade máxima de 25 pessoas em situação de acolhimento, visando através do atendimento multi-profissional, a reconstrução dos vínculos e reintegração familiar e comunitária com estratégias de formulação de projetos de vida; ● Promover a qualidade de vida e reduzir riscos sociais da população adulta em situação de rua ● Formação Continuada para profissionais; ● Ampliação da Unidade de Acolhimento para expandir a oferta do serviço; ● Construção de 01 Centro Dia para Idosos. ● Noticiar ao Ministério Público casos de abandono/negligência envolvendo pessoa idosa ou pessoa com deficiência acolhidos na unidade ● Realizar reuniões intersetoriais que propiciem alternativas para o retorno à família de origem e ou extensa, com vistas a avaliar ainda o período de permanência na unidade ● Encaminhar o usuário do serviço para a emissão de documentação necessária; ● Contribuir para o acesso ao mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes.
--	------------------	--

4.5.4. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violência UGP-PV

Consolidação da UGP-PV enquanto método robusto de prevenção de violência:

- Expansão da UGP-PV para outros territórios da periferia de Sobral, especialmente o território III, o qual vem apresentando altíssimos índices de homicídios na adolescência e na juventude. Expansão também de equipe territorial para o território II (já com atuação da UGP-PV) e dos outros territórios que venha a atuar.
- Contratação de equipe técnico-administrativo para apoiar os processos internos da UGP-PV (uma pessoa fixa e estagiários contínuos para apoiar os gerentes).
- Continuidade das parcerias com a jovem guarda e os cursos do SESI-SENAI que são indispensáveis para garantir o direito à renda a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.
- Criar editais no qual a UGP-PV possa, diretamente, em conjunto com as outras políticas públicas sociais, fomentar a educomunicação e protagonismo juvenil com a economia local (inspirados na experiência do LabConecta). Editais que direcionam recursos e formação para a juventude em situação de vulnerabilidade experienciar sua autonomia.
- Compras de equipamentos específicos para a UGP-PV, como computadores, notebook e datashow.
- Destinação de carro fixo para os trabalhos realizados no território pela UGP-PV.
- Garantir a compra de materiais permanentes para oficinas no território e também de programas específicos para a comunicação (design).

Projetos da UGP-PV para 2021:

- Realização de 100% os estudos de morte violenta dos adolescentes e jovens do território I e II vítimas de homicídio em 2020;
- Realizar 2 Diagnósticos da Juventude em Situação de Vulnerabilidade, tanto no Comitê Territorial I quanto no Comitê Territorial II.
- Fortalecer a estratégia dos Planos de Cuidado Integral junto aos CTs, com a meta de pelo menos 1 por mês para cada equipamento.
- Realizar abordagens de rua, visitas domiciliares e trabalhos em grupo para todos os adolescentes identificados como gravíssimos que são acompanhados diretamente pela UGP-PV.
- Fortalecer a estratégia dos Círculos de Diálogo e de Mediação de Conflito como estratégia de cuidado social, com a meta de pelo menos 1 Círculo por mês em cada território.
- Imprimir e divulgar amplamente o Guia de Acompanhamento da Juventude em Situação de Vulnerabilidade como material técnico-pedagógico para os gestores públicos (pelo menos 100 cópias).
- Confeccionar o Jogo de Vulnerabilidades em escala e compartilhá-lo nos equipamentos de Sobral para ser usado como material de sensibilização (pelo menos 30 cópias).
- Impressão e divulgação do Livro de Trajetórias, como expressão concreta de boas práticas de prevenção de violências na adolescência e juventude (pelo menos 30 cópias)
- Desenvolver aprimoramentos no SIGAJU, em parceria com a COTEC, para que seja possível entregar os Estudos de Morte Violenta, os casos do FPA e os PCI's no próprio sistema.

- Fortalecer o Programa de Educação Permanente enquanto estratégia de formação, de cuidado e de integralidade da equipe. Realizar pelo menos 1 encontro de Educação Permanente com a equipe territorial por mês.
- Fortalecer o PSC Humanizado, integrando o Programa a perspectiva de prioridade de cuidado da prevenção de violência.
- Fortalecer a Educomunicação em conjunto com os Comunicadores Comunitários, principalmente com projetos que canalizem renda a eles e elas.
- Fortalecer o instagram e blog do Prevenção de Violências de Sobral como o espaço no qual a política pública tem a voz da juventude. Integrá-lo com os outros canais institucionais da prefeitura.

4.5.5. Unidade de Gerenciamento de Projetos de Regularização Fundiária Urbana e Rural – UGPRFUR

- Cadastramento de aproximadamente 2.250 imóveis do bairro Vila União
- Realização e entrega dos títulos de propriedade de 200 famílias da localidade Alto Grande - Sede de Sobral.
- Ingresso de ações de usucapião de aproximadamente 300 famílias do bairro Dom José- Projeto Parque Mucambinho - 1ª etapa.
- Ingresso de ações de usucapião de 70 famílias do Distrito de Aprazível
- Realização da entrega de títulos de propriedade para 23 famílias dos Bairros Padre Palhano, Santa Casa, Alto Novo, Centro (Usucapião);
- Ingresso de ações de usucapião de aproximadamente 400 famílias do bairro Complexo Monseñor Aloísio Pinto “Parque Santo Antônio”;
- Realização e entrega dos títulos de propriedade de 170 famílias do Distrito de Bonfim;
- Realização e entrega de títulos de propriedade para 269 famílias do Conjunto Cesário Barreto - “Paraíso das Flores” - Bairro Alto da Brasília.

5. RESULTADOS DA ATUAÇÃO

5.1. SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1.1. Orçamento autorizado, por fonte

Para o ano de 2020, a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social **SEDHAS** teve o seu orçamento estabelecido pela LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei Nº 1801, de 06 de novembro de 2019). A tabela abaixo mostra os valores iniciais e as alterações ocorridas durante o exercício, classificada por fonte de recurso.

Tabela 3: Orçamento autorizado, por fonte de recurso.

Rótulos de Linha	A	B	C	D	E	F
------------------	---	---	---	---	---	---

2301 - SEDHAS	11.248.200,00	6.060.767,77	7.323.719,91	9.985.247,86	9.298.372,26	93,12%
1001000000 - Recursos Ordinários	8.638.200,00	5.759.269,57	4.948.413,50	7.245.564,27	6.689.905,50	92,33%
1510000000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse d	2.610.000,00	10.000,50	2.134.312,00	2.608.680,30	2.531.284,05	97,03%
1990000000 - Outros Recursos Vinculados	0	291.497,70	240.994,41	131.003,29	77.182,71	58,92%
2302 - FMAS	6.379.719,32	2.411.756,30	2.864.351,18	5.927.124,44	4.927.003,52	83,13%
1001000000 - Recursos Ordinários	2.137.000,00	25.000,00	1.499.879,35	419.770,65	286.051,32	68,14%
1311000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S	4.057.719,32	1.865.323,94	987.791,86	5.142.751,40	4.459.234,05	86,71%
1390000001 - Transferência de Recursos do Fundo Estadual de Assistência S	150.000,00	44.000,00	76.174,77	109.825,23	64.021,15	58,29%
1510000000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse d	0	99.266,15	0	99.516,15	9.516,15	9,56%
1990000000 - Outros Recursos Vinculados	35.000,00	198.166,21	120.505,20	155.261,01	108.180,85	69,68%
1390000000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	0	180.000,00	180.000,00	0	0	#DIV/0!
2303 - FMDCA	687.500,00	902.000,00	865.403,02	724.096,98	714.579,48	98,69%
1001000000 - Recursos Ordinários	7.500,00	13.000,00	11.750,00	8.400,00	3.844,61	45,77%
1990000000 - Outros Recursos Vinculados	130.000,00	0	130.000,00	0	0	#DIV/0!
1990000001 - Recursos Destinados aos Direitos da Criança e do Adolescente	550.000,00	889.000,00	723.653,02	715.696,98	710.734,87	99,31%
2304 - FHS	503.500,00	2.485.836,35	612.342,02	2.376.994,33	1.990.805,56	83,75%
1001000000 - Recursos Ordinários	3.500,00	0	3.250,00	0	0	#DIV/0!

1510000000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse d	500	0	500	0	0	#DIV/0!
1990000000 - Outros Recursos Vinculados	299.500,00	477.336,35	176.352,02	600.484,33	414.070,33	68,96%
1940000001 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Habitação de	200.000,00	2.008.500,00	432.240,00	1.776.510,00	1.576.735,23	88,75%
2305 - FMDPD	52.500,00	0	52.500,00	0	0	#DIV/0!
1001000000 - Recursos Ordinários	52.500,00	0	52.500,00	0	0	#DIV/0!
Total Geral	18.871.419,32	11.860.360,42	11.718.316,13	19.013.463,61	16.930.760,82	89,05%

Fonte: Gestor - Contabilidade - 2020
Dados gerados em: 11/01/2021

5.1.2. Despesas empenhadas, por natureza de despesa

A seguir são informados os valores totais de empenhos realizados no exercício de 2020, por Natureza de Despesa, comparados com o orçamento.

Tabela 4: Despesas empenhadas, por natureza de despesa.

Rótulos de Linha	A	B	C	D	E	F
2301 - SEDHAS	11.248.200,00	6.060.767,77	7.323.719,91	9.985.247,86	9.298.372,26	93,12%
31900400 - Contratação por Tempo Determinado	480.000,00	290.000,00	296.818,00	473.182,00	431.877,57	91,27%
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.300.000,00	220.000,00	50.000,00	3.470.000,00	3.353.042,82	96,63%
31901300 - Obrigações Patronais	750.000,00	708.500,00	8.256,12	1.450.243,88	1.444.622,90	99,61%
31909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	220.000,00	240.000,00	12.552,71	447.447,29	174.534,95	39,01%
31909600 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	500	124.728,90	0	125.228,90	115.997,57	92,63%
33503900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00	0	1.000,00	0	0	#DIV/0!

33901400 - Diárias - Civil	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903000 - Material de Consumo	280.000,00	43.000,00	196.911,49	126.088,51	82.728,26	65,61%
33903200 - Material de Distribuição Gratuita	500	50.000,00	50.500,00	0	0	#DIV/0!
33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00	0	2.000,00	0	0	#DIV/0!
33903400 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903601 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Aluguel de Imóveis	65.500,00	12.000,00	25.500,00	52.000,00	48.630,00	93,52%
33903602 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Frete	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903603 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Autônomo	9.000,00	0	9.000,00	0	0	#DIV/0!
33903606 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física/Estagiários	100.000,00	0	67.466,85	32.533,15	22.227,37	68,32%
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.465.500,00	60.500,00	878.272,69	647.727,31	606.723,29	93,67%
33904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33904100 - Contribuições	500	45.000,00	1.598,05	43.901,95	41.350,90	94,19%
33904700 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.000,00	0	1.000,00	0	0	#DIV/0!
33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	600.500,00	30.000,00	461.405,00	169.095,00	146.790,00	86,81%
33909100 - Sentenças Judiciais	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33909200 - Despesa de Exercícios Anteriores	170.000,00	0	143.927,94	26.072,06	26.072,06	100,00 %
33909300 - Indenizações e Restituições	5.000,00	1.835.548,87	1.840.548,87	0	0	#DIV/0!
44905100 - Obras e Instalações	3.006.500,00	10.000,00	2.250.818,76	765.681,24	680.782,75	88,91%
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	776.700,00	268.497,70	1.012.143,43	33.054,27	0	0,00%
44909300 - Indenizações e Restituições	5.500,00	2.122.992,30	5.500,00	2.122.992,30	2.122.991,82	100,00

						%
33903500 - Serviços de Consultoria	3.500,00	0	3.500,00	0	0	#DIV/0!
33903604 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Locação de Veículos	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33304100 - Contribuições	500	0	500	0	0	#DIV/0!
31909200 - Despesas de exercícios anteriores	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33913900 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00	0	1.000,00	0	0	#DIV/0!
2302 - FMS	6.379.719,32	2.411.756,30	2.864.351,18	5.927.124,44	4.927.003,52	83,13%
31900400 - Contratação por Tempo Determinado	1.891.000,00	918.857,10	160.415,52	2.649.441,58	2.413.795,89	91,11%
31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.995.000,00	0	1.258.597,61	736.402,39	681.159,37	92,50%
31901300 - Obrigações Patronais	499.500,00	105.865,82	499.500,00	105.865,82	90.965,98	85,93%
31909400 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	66.500,00	240.000,00	9.599,26	296.900,74	20.567,37	6,93%
33503900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.500,00	0	3.500,00	0	0	#DIV/0!
33901400 - Diárias - Civil	5.000,00	0	5.000,00	0	0	#DIV/0!
33903000 - Material de Consumo	716.532,00	203.448,82	254.905,90	665.074,92	555.160,84	83,47%
33903200 - Material de Distribuição Gratuita	198.000,00	299.000,00	218.794,08	278.205,92	247.191,62	88,85%
33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.500,00	0	1.500,00	0	0	#DIV/0!
33903400 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Ter- ceirização	3.000,00	0	3.000,00	0	0	#DIV/0!
33903601 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Aluguel de Imóveis	88.300,00	15.625,00	7.800,00	96.125,00	92.800,00	96,54%
33903603 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Autônomo	7.500,00	0	7.000,00	500	0	0,00%
33903900 - Outros Serviços de Terceiros	853.387,32	252.193,41	318.932,01	786.648,72	604.375,90	76,83%

- Pessoa Jurídica						
33904100 - Contribuições	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33904700 - Obrigações Tributárias e Contributivas	3.500,00	0	3.500,00	0	0	#DIV/0!
33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0	22.000,00	22.000,00	0	0	#DIV/0!
33909200 - Despesa de Exercícios Anteriores	3.500,00	0	3.500,00	0	0	#DIV/0!
44905100 - Obras e Instalações	6.500,00	0	6.500,00	0	0	#DIV/0!
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	32.500,00	144.766,15	75.306,80	101.959,35	10.986,55	10,78%
#N/D	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903500 - Serviços de Consultoria	1.500,00	0	1.500,00	0	0	#DIV/0!
33913900 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33504343 - Subvenções Sociais	2.000,00	210.000,00	2.000,00	210.000,00	210.000,00	100,00 %
2303 - FMDCA	687.500,00	902.000,00	865.403,02	724.096,98	714.579,48	98,69%
33503900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	630.000,00	0	323.915,64	306.084,36	301.315,97	98,44%
33903000 - Material de Consumo	500	420.000,00	420.500,00	0	0	#DIV/0!
33903200 - Material de Distribuição Gratuita	0	375.000,00	2.280,00	372.720,00	372.720,00	100,00 %
33903300 - Passagens e Despesas com Locomoção	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903601 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Aluguel de Imóveis	49.500,00	0	49.500,00	0	0	#DIV/0!
33903603 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Autônomo	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500	87.000,00	42.207,38	45.292,62	40.543,51	89,51%
33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	500	10.000,00	10.500,00	0	0	#DIV/0!

44905200 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	10.000,00	15.000,00	0	0	#DIV/0!
33903500 - Serviços de Consultoria	500	0	500	0	0	#DIV/0!
2304 - FHIS	503.500,00	2.485.836,35	612.342,02	2.376.994,33	1.990.805,56	83,75%
33503900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.500,00	375.036,35	121.972,02	353.564,33	168.564,33	47,68%
33903000 - Material de Consumo	1.000,00	20.000,00	21.000,00	0	0	#DIV/0!
33903200 - Material de Distribuição Gratuita	0	100.000,00	100.000,00	0	0	#DIV/0!
33903603 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Autônomo	1.000,00	0	1.000,00	0	0	#DIV/0!
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00	22.300,00	22.400,00	900	786	87,33%
33904100 - Contribuições	148.500,00	370.000,00	37.870,00	480.630,00	474.780,00	98,78%
33904800 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0	260.000,00	236.600,00	23.400,00	6.400,00	27,35%
44905100 - Obras e Instalações	250.500,00	1.318.500,00	50.500,00	1.518.500,00	1.340.275,23	88,26%
44905200 - Equipamentos e Material Permanente	0	20.000,00	20.000,00	0	0	#DIV/0!
44909300 - Indenizações e Restituições	1.000,00	0	1.000,00	0	0	#DIV/0!
2305 - FMDPD	52.500,00	0	52.500,00	0	0	#DIV/0!
33503900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00	0	50.000,00	0	0	#DIV/0!
33903000 - Material de Consumo	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903601 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Aluguel de Imóveis	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903603 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Autônomo	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500	0	500	0	0	#DIV/0!
33903500 - Serviços de Consultoria	500	0	500	0	0	#DIV/0!

Total Geral	18.871.419,32	11.860.360,42	11.718.316,13	19.013.463,61	16.930.760,82	89,05%

Fonte: Gestor - Contabilidade - 2020

Dados gerados em: 11/01/2021

5.2. DEMONSTRATIVOS DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

No exercício de 2020, Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social **SEDHAS** recebeu recursos externos originados de Cofinanciamentos, no Montante de 5.851.577,18 de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 5: Valores de recursos externos recebidos, por Programa e Projeto.

Programa / Projeto	Valor (R\$)
PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	483.894,00
PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO	40.000,00
PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	94.980,03
PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - MSE	64.294,19
PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - CENTRO POP-RUA	94.980,03
PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - ABORDAGEM SOCIAL	36.530,79
PISO DE TRANSIÇÃO DE MEDIA COMPLEXIDADE	17.797,78
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE II - POP RUA	47.490,03
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I - CRIANÇA/ADOLESCENTE	109.592,37
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	65.755,41
SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALEXIMENTO DE VINCULOS	459.312,00
PISO BASICO FIXO	415.340,10
INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	951.868,45
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF	54.000,00

BENEFÍCIOS EVENTUAIS	36.000,00
PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	74.000,00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL COVID-19	509.152,00
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA COVID-19	1.107.600,00
AÇÕES COVID - EPI - PORTARIA 369	227.850,00
AÇÕES COVID - ALIMENTOS - PORTARIA 369	45.540,00
AÇÕES COVID - ACOLHIMENTOS - PORTARIA 369	465.600,00
LEI 173 - ASSISTÊNCIA	450.000,00
TOTAL	5.851.577,18

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social - 2020

Dados gerados em: 10/01/2020

5.3. CONVÊNIOS, AJUSTES, ACORDOS, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Durante o exercício financeiro de 2020, os convênios (federais, estaduais e municipais) em vigência com a Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, foram:

5.3.1. Quantitativos

Tipo / Objeto do convênio	Nº do convênio	Data de inicial da vigência	Data final da vigência	Valor do recurso (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor total (R\$)
Convênios federais				1208259,8	124670,4	1332930,2
Convênio. Objeto a Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social ESPECIAL, por meio de aquisição de bens.	837449/2016	28/12/2016	28/12/2017	150.000,00	6.086,66	156.086,66

Obras. Objeto Contratação de empresa especializada para dar continuidade à execução de serviços de obras de reconstrução de 42 imóveis dos beneficiários do projeto de produção de unidades habitacionais no bairro José Euclides – PT 0342881-81 que estabelece a reconstrução de imóveis de taipa em unidades habitacionais em alvenaria com regularização fundiária.	0342881-81/2010	02/10/2018	02/04/2021 (ADITIVO)	1.058.259,80	118.583,74	1176843,54
Convênios municipais				1045693,79		1045693,79
Termo de Fomento. Objeto aumentar a capacidade de resposta da rede do Sistema Único de Assistência Social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19, em consonância com a indicação da Portaria 369/2020 com base na estruturação da rede SUAS por meio da aquisição e confinamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do COVID-19.	jan/20	02/07/2020	31/12/2020	80.000,00	Não aplicável	80.000,00
Termo de Fomento. Objeto aumentar a capacidade de resposta da rede do Sistema Único de Assistência Social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19, em consonância com a indicação da Portaria 369/2020 com base na estruturação da rede SUAS por meio da aquisição e confinamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do COVID-19.	fev/20	02/07/2020	31/12/2020	50.000,00	Não aplicável	50.000,00

Termo de Fomento. Objeto aumentar a capacidade de resposta da rede do Sistema Único de Assistência Social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19, em consonância com a indicação da Portaria 369/2020 com base na estruturação da rede SUAS por meio da aquisição e confinamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do COVID-19.	03/2020	02/07/2020	31/12/2020	80.000,00	Não aplicável	80.000,00
Termo de fomento. Objeto financiar o Projeto Casa Acolhedora do Arco: Cuidando da mãe e do bebê, com a finalidade de acompanhar crianças e adolescentes de mães usuárias de crack e gestantes também usuárias de crack, buscando reduzir o número de situação de negligência e abandono relacionado ao uso de crack por partes de suas mães, tendo em vista o direito à vida, o fortalecimento dos vínculos familiares e a geração de trabalho e renda.	01/2019	10/10/2019	10/10/2020	250.000,00	Não aplicável	250.000,00
Termo de fomento. Objeto financiar o projeto João de Barro que consiste na reconstrução de 29 unidades habitacionais.	02/2018	28/12/2018	28/12/2019	585.693,79	Não aplicável	585.693,79
Acordo de Cooperação. Objeto a mútua colaboração entre os partícipes na implementação de ações conjuntas que assegurem ao município de Sobral a recuperação de dependentes químicos por meio do resgate e fortalecimento de suas condições de autonomia e independência a fim de restaurar a dignidade da pessoa humana.	02/2019	28/11/2019	30/12/2020	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Tabela 6: Quantidades e valores dos convênios, ajustes, acordos, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres.

Fonte: Coordenação de Administração e Finanças – SEDHAS.

Dados gerados em: 10/01/2020

5.3.2. Demonstrativos das transferências de recursos

No exercício de 2020 a **SEDHAS** transferiu os seguintes recursos:

Tabela 7: Valores de recursos transferidos em convênios municipais.

Recursos transferidos para	Nº do convênio	Valor repassado até 2017 (R\$)	Valor repassado em 2018 (R\$)	Valor total repassado (R\$)	Valor do Convênio (R\$)	% do recurso liberado
Abrigo Sagrado Coração de Jesus	01/2020	0,00	0,00	40.000,00	80.000,00	50%
Shalom – Abrigo São Francisco	02/2020	0,00	0,00	25.000,00	50.000,00	50%
Casa Bom Samaritano	03/2020	0,00	0,00	40.000,00	80.000,00	50%
Instituto Trevo de Quatro Folhas	01/2019	0,00	0,00	250.000,00	500.000,00	50%
Centro de Formação Humana Padre Ibiapina - CEPROHPI	02/2018	0,00	0,00	281.221,77	585.693,79	50%
Total Geral						

Fonte: Coordenação de Administração e Finanças – SEDHAS.

Dados gerados em: 10/01/2020

No exercício de 2020, a **SEDHAS** recebeu os seguintes recursos:

Tabela 8: Valores de recursos recebidos, por convênio.

Recursos recebidos de	Nº do convênio	Valor repassado até 20 (R\$)	Valor repassado em 20 (R\$)	Valor total repassado (R\$)	Valor do Convênio (R\$)	% do recurso liberado
Convênio do CREAS	837449/2016	100.000,00	0,00	107.077,20 (COM CONTRAPARTIDA)	156.086,66	70%
Obras – Santo Expedito		401.034,34	256.954,09	657.988,43	1.176.843,54	55,92%
Total Geral		501034,34	256.954,09	765.065,63	1.332.930,20	56,72%

Fonte: Coordenação Administrativa e Financeira - SEDHAS

Dados gerados em: 10/01/2020

5.4. LICITAÇÕES

Durante o exercício financeiro de 2020, a **SEDHAS** realizou as seguintes modalidades de licitação:

Tabela 9: Quantidades e valores de licitações, por modalidade.

Modalidade	Qtde	Valor total (R\$)
Cotação eletrônica	4	R\$ 38.881,01
Chamada pública	0	-
Concorrência pública	0	-
Pregão Eletrônico	0	-
Pregão Eletrônico (Registro de Preços)	1	R\$ 56.000,00
Pregão Presencial	0	-
Convite	0	-
Tomada de preço	0	-
Dispensa	4	R\$ 462.112,50
Inexigibilidade	0	-
Adesões Interna/Externa	4	R\$ 730.200,01
Total Geral	13	R\$ 1.287.193,52

Fonte: Coordenação de Administração e Finanças - SEDHAS

Dados gerados em: 14/01/2020

5.5. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS

As despesas realizadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social no exercício de 2020 (empenhadas), divididas nas categorias de custeio, investimentos e despesas finalísticas, foram:

Tabela 10: Demonstrativo de despesas, por categoria.

Rótulos de Linha	Valor	%
2301 - SEDHAS	9.298.372,26	54,92%
Custeio de manutenção	408.427,51	2,41%
Custeio de manutenção Folha	5.542.303,18	32,74%
Custeio finalístico	543.867,00	3,21%

Investimento	2.803.774,57	16,56%
2302 - FMAS	4.927.003,52	29,10%
Custeio de manutenção	580.019,54	3,43%
Custeio de manutenção Folha	3.206.488,61	18,94%
Custeio finalístico	1.129.508,82	6,67%
Investimento	10.986,55	0,06%
2303 - FMDCA	714.579,48	4,22%
Custeio de manutenção	3.740,11	0,02%
Custeio finalístico	710.839,37	4,20%
2304 - FHIS	1.990.805,56	11,76%
Custeio finalístico	650.530,33	3,84%
Investimento	1.340.275,23	7,92%
Total Geral	16.930.760,82	100,00%

Fonte: Gestor - Contabilidade - 2020
Dados gerados em: 11/01/2021

5.5.1. Despesas de custeio

O detalhamento das despesas de custeio pode ser acompanhado abaixo.

Tabela 11: Despesas de custeio, por categoria.

Rótulos de Linha	Valor	%
------------------	-------	---

2301 - SEDHAS	408.427,51	41,16%
Custeio de manutenção	408.427,51	41,16%
Água e Esgoto	28.958,58	2,92%
Comunicação (voz e dados)	38.103,09	3,84%
Energia Elétrica	125.959,98	12,70%
Locação de imóvel	48.630,00	4,90%
Locação de veículo	80.080,00	8,07%
Material de Consumo	21.168,94	2,13%
Veículos (Combustível e Manutenção)	65.526,92	6,60%
2302 - FMAS	580.019,54	58,46%
Custeio de manutenção	580.019,54	58,46%
Água e Esgoto	44.132,17	4,45%
Energia Elétrica	101.177,43	10,20%
Locação de imóvel	92.800,00	9,35%
Locação de veículo	205.368,80	20,70%
Material de Consumo	3.922,57	0,40%
Veículos (Combustível e Manutenção)	132.618,57	13,37%
2303 - FMDCA	3.740,11	0,38%
Custeio de manutenção	3.740,11	0,38%
Água e Esgoto	3.740,11	0,38%

Total Geral 992.187,16 100,00%

Fonte: Gestor - Contabilidade - 2020

Dados gerados em: 11/01/2021

5.6. DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO

Nos períodos de 2020, a SEDHAS REALIZOU controles preventivos para verificação, validação e atualização do Sistema de Patrimônio da PMS, de forma a incluir os bens que ainda não estavam cadastrados e também para fazer o devido tombamento dos bens adquiridos durante o exercício de 2020, pautados pelos documentos de controle do Almoxarifado.

A situação do patrimônio, adquirido pela SEDHAS, durante o exercício de 2020, distribuídos entre bens imóveis e bens móveis (equipamentos e material permanente) estão quantificados nos próximos itens.

5.6.1. Bens imóveis

Em dezembro de 2020, a SEDHAS tinha a seguinte situação de bens imóveis, classificados por situação possível do bem:

Tabela 12: Quantidade de bens imóveis, por situação.

Situação	Quantidade	Valor (R\$)
Próprios	09	Não aplicável
Cedidos pela Secretaria para uso de terceiros	00	
Cedidos de terceiros para uso da Secretaria	03	Não aplicável
Bens da Secretaria alugados para terceiros	00	Não Aplicável
Bens de terceiros alugados para a Secretaria	05	13.525,00
Total Geral (R\$)	17	13.525,00

Fonte: Coordenadoria Administrativo Financeiro

Dados gerados em: 10/01/2020

5.6.2. Bens móveis (equipamentos e material permanente)

Durante o ano de 2020, a situação de bens móveis adquiridos pela SEDHAS, bem como a situação do tombamento desses bens, pode ser conferido na tabela abaixo:

Tabela 13: Bens móveis (equipamentos e material permanente) adquiridos pela Secretaria em 2020.

Fonte: Gestor - Contabilidade - 2020 Dados gerados em: 31/12/2020

Categoria	Bens adquiridos (Qtde)	Valor total dos bens (R\$)	Tombados (Qtde)	Em fase de tombamento (Qtde)
COMPUTADORES (CPU)	3	R\$4.350,00	3	
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	1	R\$1.689,98	1	
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO	2	R\$1.879,98	2	
ANTENA USB WIFI	2	R\$102,00	2	
HD EXTERNO 1 TB	2	777,70	2	
VENTILADORES DE COLUNA 60CM	8	R\$1.470,40	8	
MONITOR DE LED	3	R\$ 716,49	3	
Total Geral	21	R\$ 10.986,55	21	

5.6.3. Frota

Abaixo pode ser conferida a situação, por tipo de veículo, da frota sob responsabilidade da **SEDHAS**, tendo como referência o mês de dezembro de 2020.

Tabela 14: Quantitativo de frota veicular em dezembro de 2020.

Situação	Uso ad- ministra- tivo	Utilitários	Motos	Caminhões	Equi- pamentos (*)	Total
Próprios	0	1	1	0	0	2
Cedidos pela Secretaria para uso de terceiros	0	0	0	0	0	0
Cedidos de terceiros para uso da Secretaria	0	0	0	0	0	0
Veículos da Secretaria alugados para terceiros	0	0	0	0	0	0
Veículos de terceiros alugados para a Secretaria	16	0	0	0	0	16
Total Geral	16	2	0	0	0	18

Fonte: Administrativo
Dados gerados em:20/12/2020

6. CONSIDERAÇÕES DA SEDHAS

A Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social – SEDHAS tem como intuito aperfeiçoar a oferta de seus serviços, estabelecendo seus fundamentos em critérios de qualidade e metodologias de avaliação que permitam a correção de eventuais falhas da gestão em busca de saná-las, com vistas a um modelo administrativo de Excelência da Gestão Pública a serem prestados para toda a sociedade.

A SEDHAS estabelece suas metodologias e fluxos operacionais na gestão de processos voltados ao alcance de resultados, envolvendo a reflexão acerca de características de qualidade dos serviços prestados, de referências (normas e conhecimentos) observadas, de recursos consumidos e dos insumos necessários à tomada de decisão. Buscando uma administração simplificada visando eliminar exigências

de rotinas que geram fluxos desconexos na tramitação de documentos que não agregam valor ao serviço prestado pela organização.

Fortalecendo, no cotidiano das práticas profissionais dos servidores vinculados a secretaria, os princípios fundamentais - participação e comprometimento, informação e transparência, aprendizagem e participação do cidadão.

Tendo como compromisso reunir todos os esforços na execução de suas competências, alicerçadas em bases territoriais com matriz sóciofamiliar, atuando para a redução da violência, a garantia dos direitos sociais, o combate à discriminação social de toda natureza, a melhoria das condições de habitabilidade da população, a segurança do papel da casa fazendo valer, assim, o direito a legitimação fundiária, a promoção dos mínimos sociais para que todo cidadão sobralense, possa suprir suas necessidades básicas tendo uma vida mais digna.